



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais

*Ingo Antonio Luger
Márcia Rodrigues Moura*

**OBSERVAÇÕES SOBRE A PROPOSTA
ORÇAMENTÁRIA PARA 2015
ASPECTOS FISCAIS**

Nota Técnica 17/14
(10 de Novembro)

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| I – CENÁRIO MACROECONÔMICO PARA 2014 E 2015..... | 2 |
| II – RESULTADOS E METAS FISCAIS | 5 |
| III – AVALIAÇÃO DA RECEITA | 12 |
| IV – OBSERVAÇÕES SOBRE A DESPESA | 15 |
| TABELAS EM ANEXO..... | 22 |

Endereço internet: <http://intranet2.camara.gov.br/internet/conheca/estruturaadm/conof>
E-mail: conof@camara.leg.br

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

I – CENÁRIO MACROECONÔMICO PARA 2014 E 2015

1. **Parâmetros superados** A proposta orçamentária chega ao Congresso sujeita às críticas que se tornaram comuns: subestima a inflação e superestima o crescimento real deste ano e do próximo. Outras hipóteses estão desatualizadas.

2. **Expectativas positivas** As hipóteses de comportamento dos vários indicadores econômicos em demonstrativos produzidos pelo governo para atender a LRF e acompanhar os projetos de lei do ciclo orçamentário servem também ao Executivo para disseminar expectativas positivas. O aspecto desfavorável desse otimismo é que, com base nele, fazem-se estimativas de receitas e de despesas que podem não refletir a situação das contas públicas. Chamam a atenção na Tabela a seguir e no Gráfico da próxima página como têm sido discrepantes as hipóteses da lei orçamentária com o realizado (reestimado, no caso de 2014) e o otimismo em queda quanto ao PIB depois do recorde de crescimento recente, de 2010 (pouco mais de 7,5%).

| PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS, 2011-2015 ⁽¹⁾ | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---------|---------|--------------------|---------|---------|---------|-----------|---------|----------|------------------------|------------|--------------|----------|-----------|--------------|
| Valores Estimados e Realizados | | | | | | | | | | | | | | | |
| Parâmetros | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | | | | | 2015 | | |
| | Lei | Real | Lei ⁽²⁾ | Real | Lei | Real | PLOA 2014 | Lei | LDO 2015 | Aval 3º Bi / PLOA 2015 | Aval 4º Bi | Mercado 7/11 | LDO 2015 | PLOA 2015 | Mercado 7/11 |
| Varição real do PIB (%) | 5,50 | 2,73 | 4,50 | 0,87 | 4,50 | 2,49 | 4,00 | 3,80 | 2,50 | 1,80 | 0,90 | 0,20 | 3,00 | 3,00 | 0,80 |
| PIB (R\$ bilhões) | 3.927,1 | 4.143,0 | 4.510,1 | 4.402,5 | 5.000,8 | 4.844,8 | 5.242,9 | 5.280,4 | 5.266,3 | 5.258,8 | 5.206,3 | ... | 5.733,4 | 5.756,5 | ... |
| IPCA acum (%) | 4,50 | 6,50 | 6,00 | 5,84 | 4,91 | 5,91 | 5,00 | 5,80 | 5,30 | 6,20 | 6,20 | 6,39 | 5,00 | 5,00 | 6,40 |
| IGP-DI acum (%) | 4,50 | 5,00 | 6,00 | 8,11 | 5,18 | 5,52 | 5,50 | 6,00 | 6,03 | 7,25 | 4,60 | 3,38 | 5,50 | 5,50 | 5,54 |
| INPC acum (%) | 4,50 | 6,08 | 4,70 | 6,20 | 4,75 | 5,56 | 5,00 | ... | 5,30 | 6,20 | ... | 6,22 | 5,00 | 5,00 | 5,81 |
| Massa salarial (%) | 9,59 | 15,40 | 9,79 | 13,52 | 12,37 | 11,67 | 10,09 | ... | 10,56 | 11,27 | 11,51 | ... | 10,69 | 10,35 | ... |
| Taxa Selic média (% a.a.) | 10,71 | 11,67 | 10,50 | 7,23 | 7,28 | 8,21 | 9,29 | ... | 10,73 | 10,88 | 10,86 | 11,00 | 10,66 | 10,91 | 11,97 |
| Taxa Selic-fim de período (% a.a.) | 10,75 | 10,91 | 11,50 | 7,25 | 7,25 | 10,00 | 9,25 | 9,50 | 10,75 | 11,00 | ... | 11,50 | 10,75 | 11,00 | 12,00 |
| Câmbio médio (R\$/US\$) | 1,75 | 1,67 | 1,80 | 1,95 | 2,03 | 2,16 | 2,19 | 2,30 | 2,36 | 2,29 | 2,29 | 2,34 | 2,40 | 2,45 | 2,52 |
| Câmbio fim (R\$/US\$) | 1,80 | 1,88 | 1,75 | 2,03 | 2,03 | 2,34 | 2,22 | ... | 2,39 | 2,35 | ... | 2,50 | 2,40 | 2,50 | 2,60 |
| Petróleo-preço médio (US\$) | 84,63 | 112,52 | 104,00 | 109,90 | 112,54 | 107,15 | 98,62 | ... | 107,12 | 108,87 | 106,26 | ... | 102,60 | 107,44 | ... |
| Importações ⁽³⁾ em US\$ (%) | 1,02 | 21,51 | 21,01 | (1,17) | 7,21 | 6,01 | 4,10 | ... | 6,11 | 3,32 | ... | ... | 4,67 | 4,69 | ... |

Fonte: Relatórios de avaliações; Relatórios de cumprimento de metas quadrimestrais; LDO e projetos de lei de diretrizes e orçamentárias citados SOF/MPOG; STN/MF. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ % representa variação em relação ao ano anterior, a menos que indicado de outra forma.

⁽²⁾ Relatório da receita e atualização de parâmetros pelo Executivo (nov.) em itálico.

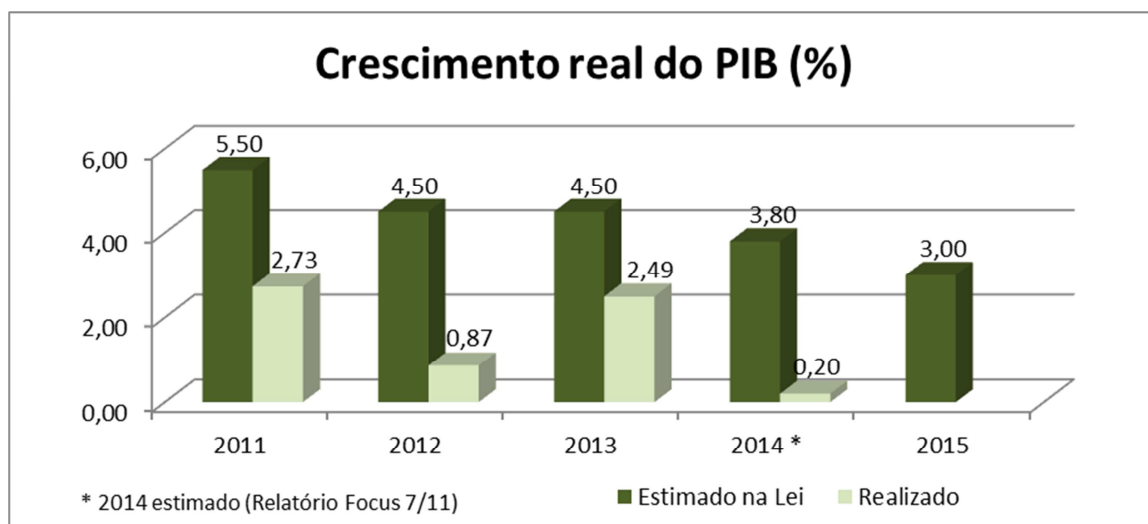
⁽³⁾ Exclui petróleo e derivados combustíveis.

3. **Hipótese de crescimento em 2014 irrealista¹** A proposta orçamentária de 2015, prevendo, com base em parâmetros macroeconômicos estimados pela SPE do Ministério da Fazenda ainda em 09/07 – os mesmos da 3ª Avaliação² –, crescimento em 2014 de 1,8%, foi encaminhada ao Congresso às vésperas da divulgação, pelo IBGE, do crescimento negativo do PIB no segundo trimestre. A expectativa dos analistas do mercado, consultados pelo

¹ Na proposta orçamentária de 2014, encaminhada em agosto ano passado, o crescimento econômico para 2013 foi estimado em 2,5%, o que acabou se confirmando – e 4% para este exercício, que ocorreria graças à ampliação do mercado consumidor. Ocorre que o consumo das famílias no PIB tem crescido – 0,3% no 2º trimestre de 2014 e 1,2% em doze meses – a taxas, embora positivas, decrescentes. Crédito estável e inflação mais alta explicam em parte o comportamento desse componente do PIB, que é o maior pela ótica da demanda.

² A 3ª Avaliação tinha reduzido a previsão de crescimento do PIB, antes era de 2,5%.

Banco Central em 04/07 já era de menos de 1,1%, e em 22/08, de 0,7%. Já havia saído o resultado do IBC-Br de junho, em 15/08 (na série com ajuste sazonal, retração de 1,5% no mês, de 1,2% no trimestre abril-junho contra o anterior, e crescimento de apenas 0,13% em relação ao primeiro semestre de 2013).



4. **Crescimento em 2014**

A 4ª Avaliação, de 22/09, trouxe a estimativa do PIB para 0,9%. O IBGE apurou recuo do Produto nos 1º e 2º trimestres (respectivamente -0,15% e -0,6% em relação aos trimestres anteriores) e pequeno crescimento acumulado no ano (0,5% no semestre, na comparação com o mesmo semestre de 2013). Indicadores variados de conjuntura e índices de confiança sugerem estagnação à frente. Se o país crescer zero no segundo semestre, a alta do PIB em 2014 será nula; se o PIB se recuperar a níveis equivalentes aos dos 2 últimos trimestres de 2013, o crescimento será inferior a 0,3%. O IBC-Br até agosto, divulgado em 16/10, apontou sinais de leve recuperação no mês, com variação positiva de 0,27% em relação a julho; e também aumento nulo do PIB contra os mesmos 8 primeiros meses de 2013. A expectativa dos analistas consultados pelo Banco Central em 7/11 já era de expansão da atividade econômica em 2014 de apenas 0,2%.³

5. **Crescimento em 2015 superestimado**

A proposta superestima o crescimento real do PIB no próximo ano, ao prever 3%, "... mais próxima da taxa pré-crise internacional", como diz a Mensagem. Refere-se a PIB de um período em que a economia ainda se beneficiava do desemprego em queda e do forte crescimento da massa salarial. Não indica claramente de que novas

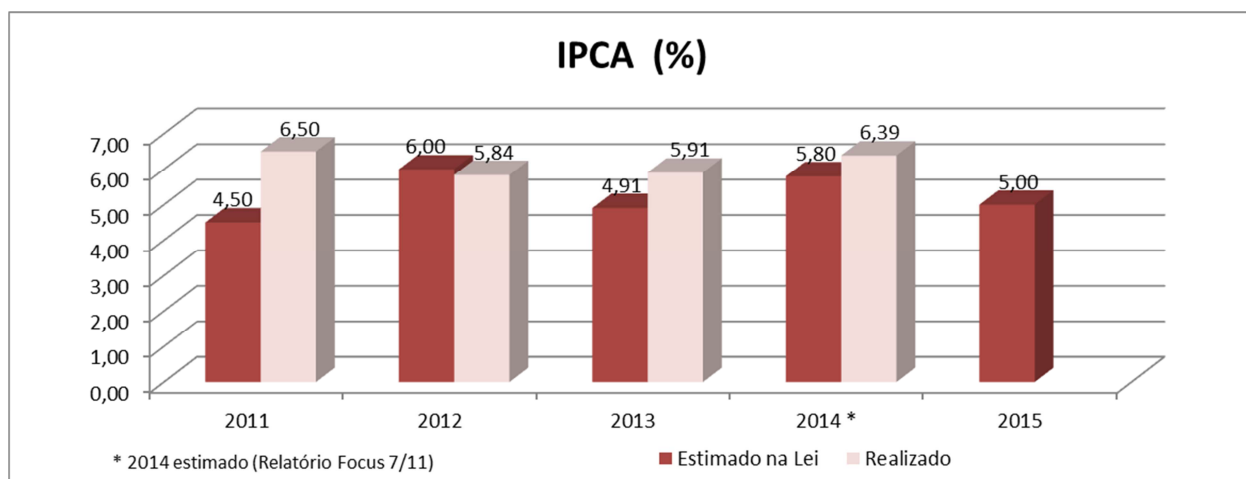
³ Além disso, o Banco Central previa 1,6% de crescimento em 2014 antes da divulgação do IBGE, e 0,7% no Relatório de Inflação de setembro. O Fundo Monetário Internacional, no Panorama da Economia Mundial, de 7 de outubro, previu que o Brasil crescerá 0,3% em 2014 e 1,4% em 2015. Para o Banco Mundial, o Brasil crescerá 0,5% em 2014.

iniciativas resultará crescimento tão mais forte⁴. Para os analistas de mercado o crescimento em 2015 será de 0,8%.

6. **Os componentes da demanda** A formação bruta de capital fixo tem representado entre 18% do PIB e 19,5% do PIB desde 2008, proporção considerada baixa e um dos elementos responsáveis pela estagnação da produtividade por trabalhador. No entanto, essa proporção piorou recentemente, pois a formação bruta de capital fixo representou 17,7% do PIB no primeiro trimestre de 2014, e apenas 16,0% do PIB, no segundo. O investimento caiu pelo quarto trimestre consecutivo (5,3% no último trimestre), após o que o nível é hoje o mesmo do primeiro trimestre de 2010. O consumo das famílias continua crescendo, mas a taxas rapidamente decrescentes desde 2011, como mostra a própria Mensagem, e a queda teria sido pior de 2013 para 2014 se considerado os 2 primeiros trimestres. Se o investimento vier a ser o motor da economia, jogariam contra ele taxas de juros em alta, perspectiva de enxugamento da liquidez internacional, a alta do dólar e orçamentos públicos comprometidos por despesas de custeio, e a seu favor os compromissos assumidos no bojo dos contratos recentes de concessões, a retomada da economia norte-americana e a queda dos salários em dólar.

7. **Inflação** A inflação medida pelo IPCA foi prevista em 6,2% para 2014 na proposta. Em 2015, continuaria acima do centro da meta de inflação, em 5%. O índice já acumula 5,05% até outubro de 2014 e 6,59% em 12 meses, frente ao teto de 6,50% a.a.. O mercado espera para o ano pouco menos de 6,4% de alta em 2014, e os mesmos 6,4% em 2015. Diversas iniciativas, para além dos instrumentos de política monetária, colaboraram para abrandar a variação dos preços em 2013 e 2014: a redução das tarifas de energia elétrica e a contenção de novos reajustes; desonerações ou prorrogação de desonerações; adiamento ou recuo em reajustes de tarifas de transportes; e congelamento dos preços dos combustíveis. Para 2015, a liberação, ainda que gradual, dos preços administrados represados deve dificultar a tarefa da autoridade monetária de trazer o IPCA de volta para o centro da meta.

⁴ Fala-se, com as mesmas palavras da Mensagem do projeto de 2014, de “capacidade produtiva disponível, resultado da expansão dos investimentos nos últimos anos”, e que a “demanda interna robusta, com ampliação do mercado consumidor do País, decorrente do aumento do rendimento real e da disponibilidade de crédito”.



8. **Selic** A proposta supõe taxa básica de juros da economia estável no patamar atual de 11% até o final de 2015. Esta hipótese foi superada pela recente decisão do Copom que a elevou para 11,25%. As expectativas do mercado agora são de taxa em fim de período de 11,5% em 2014 e 12% em 2015.

9. **Câmbio** O câmbio médio em 2014, pela proposta, será de R\$ 2,29, elevando-se menos de 7% para R\$ 2,45 em 2015. Como referência, a moeda norte-americana valeu em média R\$ 2,28 até agosto. A rápida desvalorização em setembro alterou pouco a expectativa do mercado que prognostica, em 7/11, alta de 7,7% para 2015, chegando a R\$ 2,52 em média.

10. **Petróleo** A cotação média prevista para o barril de petróleo do tipo Brent, que foi de US\$ 107,15 em 2013, cairia para US\$ 106,26 em 2014, segundo projeção constante da Avaliação do 4º bimestre, e voltaria em 2015, para US\$ 107,44. De janeiro a outubro de 2014 o preço médio ficou em torno de US\$ 105,08. Desde junho, entretanto, as cotações já recuaram cerca de 30% e em novembro atingiu a mínima de US\$ 82,38 o barril. As hipóteses da proposta superam as do mercado.

II – RESULTADOS E METAS FISCAIS

11. **Evolução do superávit primário** O saldo primário do setor público consolidado manteve-se acima de 3,2% do PIB entre 2002 e 2008 e foi na média superior a 3,4% do PIB. Dos anos de crise em diante o desempenho foi fraco, exceto em 2011, como mostra a Tabela.

| | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------|-------|-------|-------|-------|-------|---------------------------|----------|-------|------|-------|
| SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO | | | | | | | | | | | |
| Principais Resultados Fiscais, 2008-2015 | | | | | | | | | | | |
| (% do PIB) | | | | | | | | | | | |
| | Observado 12 Meses | | | | | | | Previsto | | | |
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Até Setembro / 2014 | 2014 | | 2015 | |
| | | | | | | | | Msg | Focus | Msg | Focus |
| Superávit Primário | 3,42 | 2,00 | 2,70 | 3,11 | 2,39 | 1,88 | 0,61 | 1,9 | 0,70 | 2,0 | 1,50 |
| Juros Líquidos da Dívida | 5,46 | 5,28 | 5,18 | 5,71 | 4,87 | 5,14 | 5,53 | 5,0 | 5,20 | 4,6 | 5,63 |
| Resultado Nominal (-) | 2,04 | 3,28 | 2,61 | 2,61 | 2,48 | 3,25 | 4,92 | 3,1 | 4,50 | 2,6 | 4,13 |
| Dívida Líquida | 38,53 | 42,07 | 39,15 | 36,41 | 35,29 | 33,57 | 35,93 | 33,6 | 35,20 | 32,9 | 35,90 |
| Dívida Bruta (Gov. Geral) | 57,41 | 60,92 | 53,35 | 54,15 | 58,83 | 56,72 | 61,73 | ... | ... | ... | ... |

Fonte: Mensagem da proposta 2015 (Msg); Banco Central do Brasil (observado); expectativas do mercado/ Focus (7/11).
Elaboração dos autores.

12. **Resultados primários até 2011** Em 2009 houve alteração da meta primária para 2,5% do PIB, mas o resultado foi de apenas 2% do PIB. O resultado consolidado em 2010 foi de 2,7% do PIB, apesar do crescimento do PIB de mais de 7,5%, e só foi conseguido com artifícios variados, o principal deles a cessão onerosa de barris de petróleo da União à Petrobras, com a receita superando, em montante equivalente a 0,84% do PIB, o gasto com o aumento da participação do Tesouro no capital da empresa. Em 2011, a situação se inverteu, com crescimento da economia pouco acima de 2,7%, mas superávit primário de 3,1% do PIB, apesar da frustração do resultado de estados e municípios. A meta do setor público consolidado foi estabelecida pela primeira vez em termos nominais. Em agosto daquele ano, o Governo Federal se comprometeu, diante do bom desempenho da arrecadação, a ampliar a meta de superávit primário em R\$ 10 bilhões. A Selic começou sua trajetória de queda no fim daquele mês, sendo revertida só em maio de 2013.

13. **O desempenho das contas públicas em 2012** Em 2012, ano de baixíssimo crescimento, os resultados fiscais foram fracos. Da meta para todo o setor público, que equivalia a 3,18%⁵ do PIB, 0,8% do PIB foi resolvido com o abatimento de despesas do PAC, e dos 2,39% do PIB do resultado efetivamente apurado pelo Banco Central, destacaram-se as seguintes operações no âmbito da União, somando exato ½ ponto de percentagem do PIB: (a) o resgate de cotas do FFIE pelo Fundo Soberano do Brasil (R\$ 12,4 bilhões), que produziu o equivalente a 0,28% do PIB de receitas; e (b) a antecipação de dividendos do BNDES e da Caixa Econômica Federal (R\$ 9,74 bilhões) – instituições que foram capitalizadas no exercício com empréstimos ou ações de propriedade da União.

⁵ Meta nominal convertida pelo PIB realizado.

| Metas e Resultados Primários, 2003-2015 | | | | | | | | | | |
|---|---------------------------|------|------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|------|------------------------------------|--------------------------|--------------------|------------------------------------|
| | | | | | | | | | | % do PIB |
| Ano | Setor Público Consolidado | | | | Governo Federal ⁽¹⁾ | | | | Governos Regionais | |
| | Meta | | Realizado PIB Atual ⁽³⁾ | Realizado ⁽⁴⁾ | Meta | | Realizado PIB Atual ⁽³⁾ | Realizado ⁽⁴⁾ | Meta LDO | Realizado PIB Atual ⁽³⁾ |
| | LDO | | | | LDO | | | | | |
| | Mín. ⁽²⁾ | Máx. | | | Mín. ⁽²⁾ | Máx. | | | | |
| 2003 | ... | 3,75 | 3,29 | 4,32 | ... | 2,80 | 2,24 | 3,16 | 0,95 | 1,05 |
| 2003 ⁽⁵⁾ | ... | 4,25 | 3,29 | 4,32 | ... | 3,15 | 2,24 | 3,16 | 1,10 | 1,05 |
| 2004 | ... | 4,25 | 3,78 | 4,61 | ... | 3,15 | 2,75 | 3,48 | 1,10 | 1,03 |
| 2005 | 4,10 | 4,25 | 3,78 | 4,84 | 3,00 | 3,15 | 2,64 | 3,57 | 1,10 | 1,15 |
| 2006 | 4,10 | 4,25 | 3,23 | 4,32 | 3,00 | 3,15 | 2,16 | 3,11 | 1,10 | 1,07 |
| 2007 | 4,05 | 4,25 | 3,36 | 3,98 | 2,95 | 3,15 | 2,21 | 2,80 | 1,10 | 1,15 |
| 2007 ⁽⁶⁾ | 3,30 | 3,80 | 3,36 | 3,98 | 2,65 | 3,15 | 2,21 | 2,80 | 1,10 | 1,15 |
| 2008 | 3,30 | 3,80 | 3,48 | 4,07 | 2,35 | 2,85 | 2,40 | 2,94 | 0,95 | 1,09 |
| 2009 | 2,90 | 3,80 | 2,00 | 2,06 | 1,95 | 2,85 | 1,26 | 1,29 | 0,95 | 0,74 |
| 2009 ⁽⁷⁾ | 1,60 | 2,50 | 2,00 | 2,06 | 0,70 | 1,60 | 1,26 | 1,29 | 0,90 | 0,74 |
| 2010 | 2,40 | 3,30 | 2,70 | 2,78 | 1,45 | 2,35 | 2,07 | 2,14 | 0,95 | 0,63 |
| 2010 ⁽⁸⁾ | 2,20 | 3,10 | 2,70 | 2,78 | 1,25 | 2,15 | 2,07 | 2,14 | 0,95 | 0,63 |
| 2011 ⁽⁹⁾ | 2,49 | 3,30 | 3,11 | 3,15 | 1,54 | 2,35 | 2,26 | 2,29 | 0,95 | 0,85 |
| 2011 ⁽⁸⁾ | 2,19 | 3,00 | 3,11 | 3,15 | 1,24 | 2,05 | 2,26 | 2,29 | 0,92 | 0,85 |
| 2012 | 2,20 | 3,10 | 2,39 | ... | 1,25 | 2,15 | 1,94 | ... | 0,95 | 0,45 |
| 2013 | 2,20 | 3,10 | 1,88 | ... | 1,25 | 2,15 | 1,54 | ... | 0,95 | 0,34 |
| 2013 ⁽¹⁰⁾ | 1,80 | 3,10 | 1,88 | ... | 0,81 | 2,15 | 1,54 | ... | 0,95 | 0,34 |
| 2014 ⁽¹¹⁾ | 1,82 | 3,10 | ... | ... | 0,87 | 2,15 | ... | ... | 0,95 | ... |
| 2015 | 2,00 | 2,50 | ... | ... | 2,00 | 2,50 | ... | ... | 0,50 | ... |
| Fonte: Leis e projetos de lei citados, Banco Central, Secretaria do Teouro Nacional. Elaboração dos autores. | | | | | | | | | | |
| ⁽¹⁾ Inclui estatais federais. | | | | | | | | | | |
| ⁽²⁾ Redutor da meta expresso em R\$ convertido pelo PIB da LDO. | | | | | | | | | | |
| ⁽³⁾ PIB atualizado, segundo série Bacen set/14. Pode diferir sensivelmente do PIB considerado à época . | | | | | | | | | | |
| ⁽⁴⁾ Segundo os relatórios de cumprimento de metas dos respectivos exercícios (SOF/STN). | | | | | | | | | | |
| ⁽⁵⁾ Meta revista: Decreto 4.591/2003. | | | | | | | | | | |
| ⁽⁶⁾ Meta revista em função de alteração do cálculo do PIB pelo IBGE e de ampliação do PPI. Ver Lei 11.477/07. | | | | | | | | | | |
| ⁽⁷⁾ Meta revista em função da crise internacional e da exclusão do Grupo Petrobras. Ver Lei 12.053/09. | | | | | | | | | | |
| ⁽⁸⁾ Meta revista em função de exclusão do Grupo Eletrobras. Ver Lei nº 12.377/10. | | | | | | | | | | |
| ⁽⁹⁾ A partir da LDO para 2011, as metas passaram a ser estabelecidas em valores nominais. | | | | | | | | | | |
| ⁽¹⁰⁾ Meta revista com ampliação do redutor da meta e desobrigação de compensação das metas dos governos regionais. Ver Leis 12.795/13 e 12.901/13. | | | | | | | | | | |
| ⁽¹¹⁾ Não há compromisso com o cumprimento da meta dos governos regionais. | | | | | | | | | | |

14. **O mau desempenho da União em 2012**

Sem o resgate de cotas pelo Fundo Soberano do Brasil, o saldo primário alcançado pela União teria representado 1,65% do PIB. Mesmo resgatando essas cotas e com manobras patrimoniais, para criar receitas ou evitar que despesas primárias transitassem pelo orçamento, faltaram R\$ 11,9 bilhões (0,23% do PIB) para a União atingir plenamente sua meta de R\$ 97 bilhões (2,16% do PIB). O superávit primário da União caiu de 2,26% do PIB em 2011, para 1,94% do PIB em 2012 – parte dessa diminuição deveu-se à reversão da trajetória de queda do déficit do INSS.

15. **O resultado das contas públicas em 2013**

Em 2013 a economia cresceu mais que no ano anterior e os resultados fiscais foram fracos. Da meta primária de 3,22%⁶ do PIB para todo o setor público, foram atingidos 1,88% do PIB. A meta cheia da União era de 2,27%⁷ do PIB, e conseguiu-se 1,54% do

⁶ Meta nominal convertida pelo PIB realizado.

⁷ Meta nominal convertida pelo PIB realizado.

PIB. A diferença foi resolvida mais uma vez com o abatimento de despesas do PAC.⁸

16. ***Apesar do mau desempenho, receitas extraordinárias*** Ainda assim, o resultado da União contou com os excepcionais aportes de receita de: (a) R\$ 15 bilhões do bônus de assinatura do primeiro contrato de concessão da exploração do petróleo na camada pré-sal sob o regime de partilha, o campo de Libra; (b) R\$ 21,8 bilhões da adesão de contribuintes aos parcelamentos de débitos tributários, nos termos da Lei 12.865, de 09/10/2013, que reabriu o Refis da crise, bem como instituiu programas voltados para clientelas bem definidas, com pagamento antecipado alto⁹; (c) antecipação de recursos mediante a venda de recebíveis de Itaipu que deveriam ser honrados em 2014. De outro lado, dividendos foram os menores desde 2009.

17. ***Adiamento de despesas em 2013*** Ao mesmo tempo, despesas que normalmente deveriam ter efeito nas contas de dezembro foram adiadas para 2014. Ao menos as seguintes ocorrências podem ser apontadas: (a) transferências a estados e municípios da cota-parte do salário-educação, quase R\$ 900 milhões, pagos em janeiro de 2014, que não repercutirão como acréscimos da programação de 2014 se esta continuar a ser postergada; (b) fundos de participação calculados sobre pagamentos à vista, a entrada e os parcelamentos da Lei 12.865/13, com R\$ 834,5 milhões transferidos em janeiro de 2014; (c) ainda em desfavor de estados e municípios, metade dos R\$ 3,9 bilhões de despesas previstas com compensação a estados exportadores pela desoneração do ICMS, paga em janeiro de 2014 – a MP 629, autorizando o pagamento, só foi editada em 18 de dezembro¹⁰. A 4ª Avaliação de 2014 prevê que esse montante seja novamente empurrado para o exercício seguinte; (d) por conta de ordens bancárias emitidas nos últimos dias do ano, R\$ 1,6 bilhão do pagamento de seguro desemprego e abono salarial repercutiu apenas em janeiro¹¹.

18. ***A contribuição em queda dos governos regionais*** Estados e municípios contribuíram para o superávit com apenas 0,34% do PIB em 2013,

⁸ Não houve a necessidade de o governo lançar mão de redução da meta por conta de desonerações que a LDO facultava (até o limite de R\$ 65,2 bilhões, somadas as despesas do PAC).

⁹ Todo esse valor foi registrado a favor da União. A repartição de tributos com estados e municípios só ocorreu em 2014. A reabertura do prazo de adesão previsto na Lei 11.941/09 rendeu R\$ 1,4 bilhão, por conta de débitos contraídos até novembro de 2008, que ainda não tinham sido objeto de parcelamento. Os programas novos foram voltados para quitação de (a) débitos de PIS e Cofins de que trata o capítulo I da Lei 9.718, de 27/11/98, devidos por instituições financeiras e seguradoras, que rendeu R\$ 12,1 bilhões; (b) débitos de pessoas jurídicas objeto de discussão judicial relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, com receita de pouco mais de R\$ 600 milhões; e (c) débitos de IRPJ e CSLL decorrentes de lucros auferidos por empresas coligadas ou controladas no exterior, que rendeu R\$ 7,7 bilhões. O parcelamento sob os novos programas teve como condição entrada de 20% e 60 prestações mensais para os 80% restantes.

¹⁰ Em 2012, a MP 585 foi editada em 23 de outubro.

¹¹ Ordens bancárias relativas a despesas com seguro-desemprego e abono salarial em dezembro de 2013 somaram R\$ 3,17 bilhões, mas o pagamento registrado pelo Tesouro foi só de R\$ 1,54 bilhão. De outro lado, em janeiro de 2014 ordens bancárias ficaram em R\$ 4 bilhões, contra pagamentos de R\$ 5,62 bilhões. Fenômeno semelhante, com menor intensidade, já se podia observar em 2012.

em queda principalmente por causa de novas autorizações do Tesouro e do CMN para o endividamento dessas unidades, com o que se pretendia estimular o investimento e o PIB¹². Foi seu menor resultado desde 2002, e nominalmente (cerca de R\$ 16,6 bilhões) menos de 35% de sua participação nas estimativas de superávit da LDO de 2013. O desempenho desses governos já mostrava insuficiência em 2009-2012, coberta com esforço pelo Tesouro Nacional.

19. ***Dificuldade para o cumprimento da meta em 2014*** Os resultados acumulados pioram a cada mês neste exercício e de maio até setembro registraram-se 5 déficits mensais seguidos. O saldo deficitário até setembro, de 0,4% do PIB, é o pior verificado desde o início da série em 2002. Nos 12 meses encerrados neste mesmo mês, o resultado para o setor público foi de superávit primário de 0,6% do PIB. Quanto à União, o déficit acumulado até setembro ficou em 0,55% do PIB, R\$ 47,2 bilhões a menos do que até o mesmo mês do ano passado. Nos 12 meses encerrados no mês, a União economizou pouco acima de 0,5% do PIB, enquanto em 2013 o acumulado no mesmo mês era de 1,22% do PIB. Diante da iminência de descumprimento da meta, anuncia-se o encaminhamento ao Congresso de projeto de lei alterando a LDO 2014.

20. ***Desempenho de estados e municípios em 2014 pior que em 2013*** O resultado primário dos governos regionais, embora ainda superavitário, permanece em queda. Dos R\$ 51,3 bilhões¹³ que lhes caberia economizar, acumularam apenas R\$ 5,4 bilhões até setembro, e R\$ 3,5 bilhões em 12 meses encerrados no mês. Em comparação, até setembro de 2013 os entes subnacionais tinham economizado R\$ 18,4 bilhões (ou seja, três vezes mais) e fecharam o exercício com superávit de R\$ 16,6 bilhões.

21. ***A LDO 2014 e a flexibilização da regra fiscal*** A LDO de 2014 inovou em relação a LDO anteriores, no que diz respeito à regra fiscal, ao desobrigar a União de compensar a frustração da meta primária de estados e municípios¹⁴. Foi mantida a possibilidade, a exemplo da LDO 2013, de redução da meta não só pela execução de despesas do PAC¹⁵, mas também por conta de desonerações tributárias. Com a provável alteração da LDO 2014, deve-se confirmar a tendência de exercícios anteriores de contínua elevação do redutor da meta.

¹² Esse tipo de medida no âmbito do Plano de Ajuste Fiscal vem sendo adotada desde 2008, quando se revelou a crise internacional. Em 2012, justificou-se em parte como compensação para a perda de receitas causada pelas desonerações feitas na esfera federal. Acordos anunciados em agosto e setembro de 2013 haviam permitido que 21 Estados pudessem contrair empréstimos de até R\$ 58,3 bilhões. As instituições financeiras foram autorizadas posteriormente a liberar financiamentos para Estados que não participam do PAF (Amapá e Tocantins), no total de R\$ 2,8 bilhões.

¹³ Na reprogramação para 2014, a projeção de superávit dos Estados e Municípios foi reduzida para R\$ 18,2 bilhões, queda de R\$ 33 bilhões, e o esforço da União foi ampliado compensatoriamente em R\$ 22,7 bilhões.

¹⁴ A Lei 12.901, de 18 de dezembro de 2013, alterou a LDO para 2013 também para desobrigar a União de compensar insuficiências no cumprimento das metas de Estados e Municípios.

¹⁵ Na LDO 2013, o redutor não se referia exclusivamente ao PAC, mas ao conjunto dos investimentos prioritários.

| Abatimentos de PPI, PAC e desonerações na Lei Orçamentária Anual, 2005-2015 | | |
|--|-------------|--------------------------------|
| Exercício | R\$ Milhões | % do PIB da Lei ⁽¹⁾ |
| 2005 | 2.820 | 0,15 |
| 2006 | 3.000 | 0,15 |
| 2007 | 4.590 | 0,20 |
| 2007 (alt.) | 11.283 | 0,50 |
| 2008 | 13.825 | 0,50 |
| 2009 | 28.500 | 0,90 |
| 2010 | 29.800 | 0,90 |
| 2011 | 32.000 | 0,81 |
| 2012 | 40.600 | 0,90 |
| 2013 | 45.200 | 0,90 |
| 2013 (alt.) | 65.200 | 1,30 |
| 2014 (LDO) | 67.000 | 1,28 |
| 2014 (Programação) | 35.298 | 0,67 |
| 2015 (PLDO e PLO) | 28.667 | 0,50 |
| Fonte: Leis orçamentárias, LDO e projetos de lei. Elaboração dos autores. | | |
| ⁽¹⁾ Exceto 2014 e 2015, conforme indicado. | | |

22. **A meta fiscal no projeto de LDO 2015**¹⁶ Passados três anos em que o resultado primário, em queda, não terá atingido a meta fiscal “cheia” constante na LDO¹⁷, o projeto de LDO 2015 é menos ambicioso e procura sinalizar maior transparência e rigor fiscal: a) abandona a meta equivalente a 3,1% do PIB e a estabelece em patamar mais crível, embora de difícil consecução diante da atual conjuntura; b) reduz à menos da metade a possibilidade de flexibilização da meta; c) exclui as desonerações tributárias como potencial redutor da meta; e d) restabelece compromisso com a meta do setor público consolidado e ainda formaliza a necessidade de compensação pela União de eventual frustração no cumprimento da meta dos governos regionais.

23. **A Meta do Setor Público Consolidado** A meta de resultado primário para o setor público consolidado foi estabelecida em, no mínimo, R\$ 114,7 bilhões, o equivalente a 2% do PIB, no projeto de LDO. Esta economia será uma das menores já alcançadas nos últimos anos e similar ao resultado de 2013. Com relação a 2014, contudo, representará enorme esforço fiscal, visto que se espera resultado inferior a 1% do PIB no corrente exercício.

24. **Correção da meta pelo PIB** O projeto de LDO 2015 prevê a possibilidade de elevação da meta nominal mínima de forma a manter sua equivalência com o PIB, caso se estime crescimento econômico acima de 3%¹⁸.

¹⁶ Até o momento da publicação desta Nota, o projeto de LDO para 2015 ainda não havia sido aprovado.

¹⁷ O descumprimento se deu mesmo com alterações e em meio a intenso questionamento sobre o uso de expedientes contábeis.

¹⁸ Desde que passou a ser estabelecida em termos nominais, e em razão do crescimento do PIB abaixo do estimado, a meta ao final do período acabou representando proporcionalmente maior esforço fiscal.

25. Meta do Governo Central e o contingenciamento: abatimento de despesas com PAC

A proposta contempla para 2015 meta de R\$ 114,7 bilhões para o governo central¹⁹, podendo ser deduzida no montante de R\$ 28,7 bilhões referente a despesas do PAC. Esse abatimento, na elaboração do orçamento, pode implicar um contingenciamento mínimo inaugural em 2015 caso se decida aumentar a meta primária ou seja necessário compensar resultado insuficiente de estados e municípios.

26. Meta dos Governos Regionais A meta de Estados e Municípios foi estabelecida em R\$ 28,7 bilhões, ou 0,5% do PIB, e a União deverá compensar eventual frustração destes entes. Nos dois últimos anos, Estados e Municípios alcançaram menos de 0,5% do PIB de superávit primário e em 12 meses encerrados em setembro de 2014 atingiram menos de 0,1% do PIB.

27. Orçamento em 2015 – contracionista ? Do impulso fiscal que for dado à economia dependeria o rumo da política de juros e o grau de investimento. De acordo com a proposta e levando em conta que o resultado primário em 12 meses encerrados em setembro de 2014 é superavitário em apenas 0,54% do PIB, a política fiscal será contracionista em 2015, depois do forte expansionismo em 2013 e 2014.

28. Dívida bruta A dívida bruta do governo geral, por sua vez, que tinha tido recuo para menos de 57% do PIB em 2013, voltou a crescer fortemente e registrou em setembro de 2014 61,7% do PIB, percentual próximo do registrado no auge da crise em 2009. O aumento em 2014 se refletiu, principalmente, nas operações compromissadas do Banco Central (de menos de 11% do PIB, em dezembro de 2013, para 16,2% do PIB em setembro). Convencionalmente, 60% do PIB são considerados patamar que não deve ser ultrapassado. A proposta não prevê esse indicador, nem o mercado é consultado a respeito pelo Banco Central.

29. Dívida líquida: interrupção da trajetória de queda A dívida líquida do setor público, interrompendo trajetória de queda iniciada em 2010, voltou a subir e chegou, a despeito da desvalorização cambial recente, a 35,9% do PIB em setembro de 2014. A proposta orçamentária prevê que a dívida líquida chegue a 33,6% do PIB em dezembro de 2014, mesmo patamar de 2013. Para 2015 a proposta prevê 32,9% do PIB. Para a melhora da relação dívida/PIB em 2015 contribuem crescimento real de 3%; câmbio, com a cotação média do dólar 7% mais elevada; e a meta de superávit do setor público consolidado de 2% do PIB. Os analistas consultados semanalmente pelo Banco Central preveem, diferentemente, aumento para 35,2% em 2014 e 35,9% em 2015, pois trabalham com expectativa de menores superávit primário e crescimento, tanto em 2014 quanto em 2015.

¹⁹ Diferentemente de outras LDO, não está explícita a meta das estatais federais, nem a possibilidade de compensação com a meta da União. Depreende-se, contudo, a partir do texto do projeto de lei, bem como do

Anexo de Metas Fiscais, que a meta existe, continua igual a zero e a União deve compensar o não atingimento da meta de suas estatais.

III – AVALIAÇÃO DA RECEITA

30. **Receitas historicamente elevadas em 2015** A receita primária na proposta de 2015, bruta de transferências a estados e municípios, será recorde, considerando na comparação o período de 2008 a 2014 – mesmo diante de desonerações volumosas, inclusive algumas recentemente editadas. Segundo a proposta, chegará a 25,15% do PIB. A generosidade das estimativas da proposta, no conjunto e em cada item de receita, pode representar um constrangimento a iniciativas do Congresso para identificar novas fontes de recursos.

31. A superestimativa de receitas na proposta funciona para acomodar despesas crescentes, turbinar carteira de investimentos alternativos e sinalizar maior superávit primário. Desde 2009, exceto por 2011, o efetivamente arrecadado tem ficado abaixo da estimativa da proposta, conforme Tabela seguinte.

| Receita Primária Bruta | | | | R\$ milhões | |
|------------------------|-----------|-----------|-----------|----------------------|-----------------|
| | Proposta | Lei | Realizado | Diferenças | |
| | | | | Realizado e Proposta | Realizado e Lei |
| 2004 | 398.554 | 411.133 | 420.550 | 21.996 | 9.417 |
| 2005 | 457.404 | 482.454 | 490.737 | 33.333 | 8.283 |
| 2006 | 526.219 | 545.902 | 545.630 | 19.411 | (272) |
| 2007 | 603.411 | 618.272 | 620.357 | 16.947 | 2.085 |
| 2008 | 682.723 | 687.577 | 717.442 | 34.719 | 29.865 |
| 2009 | 808.884 | 805.286 | 740.628 | (68.256) | (64.658) |
| 2010 | 853.606 | 873.895 | 846.247 | (7.359) | (27.648) |
| 2011 | 967.626 | 990.475 | 991.038 | 23.412 | 563 |
| 2012 | 1.097.341 | 1.127.323 | 1.058.455 | (38.886) | (68.868) |
| 2013 | 1.214.292 | 1.238.145 | 1.169.968 | (44.324) | (68.177) |
| 2014 ⁽¹⁾ | 1.298.354 | 1.314.613 | 1.282.708 | (15.645) | (31.904) |
| 2015 | 1.447.658 | | | | |

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

⁽¹⁾ Realizado se refere à estimativa constante da 4ª Avaliação bimestral.

32. Elementos que contribuem para a previsão de receitas administradas recordes

- a. **Projeções generosas** O cenário macroeconômico que embasou a proposta é otimista e afeta positivamente as receitas administradas pela RFB. Além disso, estima-se em R\$ 27 bilhões de reais o valor das receitas atípicas nesse conjunto, que não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro de estimação. Em 2012, vieram R\$ 31 bilhões a esse título na previsão da receita administrada; em 2013, R\$ 25 bilhões de receitas atípicas; e em R\$ 2014 outros R\$ 27 bilhões, antes da edição de novo Refis. Ao final de cada um desses exercícios, o realizado terá sido bem abaixo do esperado.

b. **Demora no reconhecimento das frustrações da arrecadação** Duas práticas recorrentes do Executivo têm-se revelado inadequadas, no orçamento de 2014 e anteriores, afetando a arrecadação-base das projeções da receita administrada pela RFB na proposta:

- A demora em ajustar as receitas ao comportamento da arrecadação até o bimestre, mesmo em situações em que há claros sinais de que a arrecadação ficará, no exercício, abaixo da proposta e do primeiro decreto de programação. Apesar da deterioração da arrecadação mês a mês, as projeções para o restante do exercício se mantinham praticamente iguais. No período agosto-outubro de 2014, a frustração da receita administrada será de cerca de R\$ 23 bilhões.
- O persistente otimismo, não só quanto ao crescimento econômico, mas também quanto à previsão de volumosas arrecadações atípicas. Permaneciam na 4ª Avaliação para 2014 R\$ 9,6 bilhões delas – R\$ 3,5 bilhões atribuídos ao Refis e R\$ 2,5 bilhões ao imposto de renda.

c. **Continuidade da política de desonerações tributárias** A concessão de novas desonerações e ou prorrogação das desonerações vigentes dificultam a projeção da receita futura, uma vez que seus impactos não são perfeitamente estimáveis²⁰.

33. **Estimativa da arrecadação líquida do INSS** O Executivo parece ignorar o impacto da desoneração da folha sobre a arrecadação do INSS. A projeção de 2014, base para projeção de 2015, estaria superestimada em mais de R\$ 10 bilhões. É possível dizer que previsão desse item na proposta 2015 está também otimista.

34. **Dividendos elevados na proposta** Dividendos estão sendo razoavelmente explorados, com R\$ 24,5 bilhões – R\$ 1 bilhão a menos que o esperado em 2014. No orçamento de 2014, com aquiescência do Executivo, o Congresso ampliou a estimativa em R\$ 2,9 bilhões e a 4ª Avaliação de receitas e despesas projeta receita R\$ 1,5 bilhão ainda maior. Em 2012, foram arrecadados R\$ 28 bilhões e esta fonte tem sido utilizada em anos de dificuldades para cumprimento da meta fiscal.

35. **Receitas de difícil realização** Nunca abandona a cena receita seguidamente prevista e nunca realizada, no caso produto da alienação de bens imóveis de domínio da União – muitas vezes referida como “operações com ativos” -, desta vez de R\$ 5,5 bilhões.

36. **Novo aumento da carga tributária** Temos, segundo a proposta, aumento da carga tributária, mesmo diante de desonerações. A receita administrada pela RFB cresce em relação ao PIB, exceto pelo o imposto de renda. Somando as perdas estimadas pela RFB por conta de desonerações em vigor em 2014 concedidas em 2012 e 2013 até 19/7, iriam dos 15,1% do PIB da

²⁰ Entre janeiro e setembro de 2014, a Receita Federal estima que as desonerações tenham reduzido a arrecadação em R\$ 75,7 bilhões.

proposta, para 16,7% do PIB – como referência, a percentagem mais elevada desde 2008 foi nesse exercício, com 15,4% do PIB.

37. **Arrecadações recordes da RFB** Chama atenção o avanço da arrecadação de Outras Receitas Administradas (de 0,58% do PIB em 2014 para 0,91% do PIB em 2015). Este item inclui em 2014 projeção de ingresso de mais de R\$ 18 bilhões com o Refis. Em 2015, esta receita além de contar com fluxo mensal de R\$ 1,5 bilhão de parcelamentos do Refis (Lei nº 12.996/14) ²¹ é acrescida em R\$ 15,1 bilhões a título de receitas extraordinárias.

38. **Espaço para desonerações futuras** Não é possível conhecer o montante de renúncia decorrente da MP 656/14 antes de sua sanção. Em atenção ao disposto no art. 14 da LRF, novas desonerações devem estar consignadas no orçamento²². Este entendimento também estimula a que as receitas sejam superestimadas no orçamento, para cobrir a desoneração futura. Embora a redução da carga tributária devesse constar da agenda, os resultados insuficientes do uso de desonerações para fomentar consumo e investimento e controlar os preços podem ter orientado o Executivo para recuperar receitas. As sinalizações são, entretanto, dúbias: cogita-se por um lado ampliação das alíquotas da Cide-combustíveis, por exemplo, e de outro lado, prorrogação ou até ampliação de desonerações vigentes.

39. **Receitas de concessões** Integram a proposta receitas de concessões de R\$ 13,3 bilhões, inferiores ao reprogramado para 2014 (R\$ 14,5 bilhões). Para 2015, a proposta contempla o ingresso R\$ 7,1 bilhões de bônus de assinatura decorrentes de leilões no Pré-sal e R\$ 2,6 bilhões decorrentes das concessões de aeroportos. Esta receita terá que ser melhor avaliada, levando-se em conta, inclusive, o resultado do leilão da frequência de 700 Mhz realizado em 30 de setembro.

40. **Concessões vinculadas** Desde 2014 transita pelo orçamento, como receita de concessão, a contrapartida pela cessão de uso de bens da União vinculada à ANEEL. Para 2015 a estimativa é de R\$ 1,1 bilhão.

41. **Royalties e compensações financeiras em alta** Alcançariam em 2015 valor sem precedentes. A projeção de 2014 está superestimada em cerca de R\$ 8 bilhões. Essas receitas dependem, no caso do petróleo que responde por sua maior parte, do câmbio; produção (que a Mensagem omite); e cotação média do barril Brent (que estaria superestimada na proposta). Os royalties iriam de R\$ 36,5 bilhões em 2013, para R\$ 48 bilhões em 2014 e chegariam a R\$ 58,4 bilhões em 2015, crescimento de 60,2% em relação a 2013. A queda recente das cotações internacionais do barril de petróleo desautoriza tanto otimismo.

²¹Entre setembro e outubro de 2014, o fluxo médio mensal de parcelamentos é de R\$ 1,5 bilhão e inclui parcelamento especial que deve se encerrar em dezembro.

²² O Projeto de lei complementar 99/2013, aprovado pelo Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, permite que novas desonerações sejam consignadas nas reavaliações bimestrais dentro do exercício.

42. **Receita do complemento do FGTS** A proposta incorporou a receita do complemento do FGTS – adicional de 10% da multa pela demissão do trabalhador sem justa causa – no montante de R\$ 3,9 bilhões. Este valor deverá ser recolhido já em 2014, sinalizando possível subestimativa para 2015.

43. **Transferências constitucionais e legais por repartição de receitas** O otimismo das previsões das receitas afeta a programação de estados e municípios, que confiam na entrega de recursos pela União ao elaborarem seus orçamentos. Por outro lado, a projeção de receitas do Refis no item “outras receitas” subestima a necessidade de repartição de recursos, fato agravado pelo possível adiamento dos repasses do Refis arrecadado em 2014. Existe ainda o problema dos critérios de distribuição das receitas de royalties, uma vez que a proposta considera a manutenção da medida cautelar deferida à ADI 4.917/2013. Não está previsto na proposta orçamentária o repasse decorrente do adicional de 0,5% no Fundo de Participação dos Municípios, equivalente a pouco menos de R\$ 2 bilhões, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional.

IV – OBSERVAÇÕES SOBRE A DESPESA

44. **Crescimento das despesas primárias** A proposta orçamentária prevê continuidade no processo de elevação das despesas públicas. Caso se confirmassem os valores da 4ª Avaliação e da proposta, o aumento de um exercício a outro seria de 13,6%, ou R\$ 135,4 bilhões, chegando as despesas em 2015 a 19,65% do PIB frente a 19,12% do PIB em 2014. Para efeito de comparação, no período janeiro-setembro de 2014 as despesas primárias cresceram 13,2% em relação a igual período de 2013²³.

45. **Despesas com pessoal em queda** Essas despesas caem de pouco mais de 4,2% do PIB em 2014 para 4,08% do PIB em 2015, seu menor patamar desde 2002. O crescimento nominal seria de R\$ 15,2 bilhões, ou menos de 7%, enquanto que em 2014 cresceria R\$ 14,7 bilhões ou pouco mais de 7% em relação a 2013. Este desempenho se explica em parte pela mudança na classificação de aproximadamente R\$ 5 bilhões de despesas do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) que deixam de ser registradas como pessoal e passam a integrar os gastos com custeio.

46. Ainda que as despesas do FCDF voltassem a ser classificadas como pessoal, como proporção do PIB, a folha salarial permaneceria em queda por força de concessão de reajustes a servidores abaixo da inflação. O acordo vigente previu reajuste anual geral de 5% entre 2013 e 2015 para a maior parte

²³ Ver Resultado do Tesouro Nacional em

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318115/NimSet2014.pdf/20a28c68-6625-4cd0-b222-0c2b7d1c7196>.

das categorias funcionais²⁴. Com atraso, e a depender da inflação, do crescimento da economia, do crescimento vegetativo da folha e de novas contratações, a queda de despesa dessa natureza em relação ao PIB nos próximos exercícios poderá ser ainda mais acentuada.

47. O Anexo V do projeto de lei orçamentária para 2015 estima em R\$ 2,5 bilhões as despesas com provimentos, admissões ou contratações e em R\$ 13,2 bilhões com concessão de novos reajustes. Os pedidos de correção salarial do Poder Judiciário e do Ministério Público, para além do que constam das previsões, resultarão em mais R\$ 16,8 bilhões de gastos com pessoal, caso venham a ser acatados pelo Congresso Nacional.

48. **Benefícios previdenciários possivelmente subestimados** Mais uma vez, a desatualização dos dados da reprogramação do ano atual dificulta o exame da previsão da despesa com benefícios previdenciários para o ano seguinte. Comparado com o constante da 4ª Avaliação, o crescimento do item seria de quase 12,6%, enquanto o salário mínimo será reajustado em 2015, pela proposta, em 8,85%, e os benefícios acima disso em 6,2%. Nosso cálculo é de que essas despesas somem em 2014 R\$ 391 bilhões, em lugar dos R\$ 387,4 bilhões da última avaliação. A projeção para 2015 teria sido feita a partir de uma base subestimada.

49. **Abono salarial e seguro desemprego** A previsão de despesas com seguro-desemprego e abono salarial para 2014 permanece em R\$ 43 bilhões desde o encaminhamento da proposta orçamentária em agosto passado. No entanto, foram abertos R\$ 6 bilhões em créditos suplementares e até setembro já foram pagos R\$ 45,4 bilhões, o que levaria a pelo menos R\$ 49 bilhões até dezembro de 2014. A proposta orçamentária para 2015 prevê apenas R\$ 47 bilhões, mesmo com o reajuste do salário mínimo previsto em 8,8%. Medidas para contenção desses benefícios, por meio de critérios mais restritos de concessão e combate a fraudes, têm sido anunciadas reiteradamente, mas com pouco efeito prático. No passado, essas duas rubricas cresceram rapidamente, de uma média de 0,5% do PIB entre 2003 e 2005, para 0,9% do PIB em 2013. Examinando a programação do FAT, temos as receitas do PIS/Pasep contribuem apenas com R\$ 28,5 bilhões (depois da desvinculação) para financiamento das despesas. O Fundo, para se equilibrar, precisará contar com recursos financeiros próprios e outros aportes do Tesouro Nacional.

50. **Subvenções em alta** Com relação às previsões constantes da 4ª Avaliação de 2014, as subvenções e subsídios na proposta aumentam quase 400% e saem de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 23 bilhões (0,4% do PIB). Nos últimos 6 anos essas despesas não ultrapassaram 0,17% do PIB e as dotações nas propostas se revelaram reiteradamente superestimadas, e representaram folga na reprogramação orçamentária. A agricultura está novamente muito bem

²⁴ Esta política pode ser comparada com a tentativa mal sucedida no âmbito do PAC (2007), de controle de despesas com pessoal da União, quando projeto de lei complementar pretendia limitar, até 2016, o crescimento anual da folha à variação do IPCA, acrescida de índice real de 1,5%.

aquinhoadas, com R\$ 12,8 bilhões, mais que o triplo do que normalmente necessita, pois se despenderam com o setor de janeiro a setembro de 2014 R\$ 2,2 bilhões, R\$ 3 bilhões em 2013 e R\$ 4 bilhões em 2012. Por outro lado, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) dispõe de R\$ 6,2 bilhões na proposta, 6 vezes mais do que consta da Lei²⁵ neste ano. Relativamente ao PSI, restos a pagar acumulam R\$ 6,5 bilhões e nos 5 anos de existência do Programa só foram pagos cerca de R\$ 1,4 bilhão.

51. **Complemento do FGTS** A partir do início de 2012 a União suspendeu as transferências dos recursos da complementação do FGTS²⁶ e somente em meados de 2014 voltou a efetuar repasses. O Conselho Curador do FGTS alega que a retenção da contribuição pela União chega a R\$ 9,8 bilhões até setembro de 2014. O Tesouro Nacional teria estabelecido um cronograma para pagamento dos débitos em atraso²⁷. Para 2015, diferentemente dos dois últimos anos, a programação contempla o repasse integral das contribuições arrecadadas.

52. **Transferências e vinculações da receita de cota parte de royalties e compensações financeiras** Além de elevadas, as receitas de royalties padecem da indefinição de critérios de distribuição entre União, estados e municípios decorrente da ADI 4.917/2013.²⁸ A proposta, diferentemente do orçamento de 2014, considera, para os cálculos de todo o exercício, a situação em que a medida cautelar seja mantida. Caso a decisão do STF seja pela validade dos dispositivos questionados da Lei 12.734/12, o orçamento terá que ser revisto com redistribuição e ampliação das transferências para os demais entes federados.

53. **Fundo Social, despesas com educação e outras vinculações** A proposta foi elaborada considerando, para efeito de partilha entre os entes da federação, a manutenção da vigência da medida cautelar concedida pelo STF à ADI 4.917/2013. Da parte que caberia a União, R\$ 3,9 bilhões foram deixados em reserva de contingência e corresponderiam a parcela a maior que pertencerá

²⁵ Durante a tramitação da proposta orçamentária de 2014, o Congresso Nacional cortou R\$ 1,5 bilhão de dotações do PSI. Até o início de novembro de 2014, apenas R\$ 105,5 milhões da programação remanescente do exercício haviam sido pagos.

²⁶ Criada em 2001 para cobrir rombo decorrente de decisões judiciais, a cobrança atingiu seu objetivo em julho de 2012. A Portaria STN nº 278, de 19/4/12, determinou que a partir da data os recursos transitassem pela conta única do Tesouro e que seu uso passasse a depender de previsão orçamentária, em lugar de automaticamente transferidos ao Fundo, implicando a possibilidade, antes inexistente, de se apurar um saldo positivo na conta única financiado pelos ingressos dessa contribuição.

²⁷ Até outubro foram transferidos R\$ 700 milhões, referentes a restos a pagar de exercícios anteriores.

²⁸ Assim se manifestou a Ministra Relatora: “41. Pelo exposto, na esteira dos precedentes, em face da Urgência qualificada comprovada no caso, dos riscos objetivamente demonstrados da eficácia dos dispositivos e dos seus efeitos, de difícil desfazimento, defiro a medida cautelar para suspender os efeitos dos arts. 42-B; 42-C; 48, II; 49, II; 49-A; 49-B; 49-C; § 2º do art. 50; 50-A; 50-B; 50-C; 50-D; e 50-E da Lei Federal n. 9.478/97, com as alterações promovidas pela Lei n. 12.734/2012, ad referendum do Plenário deste Supremo Tribunal, até o julgamento final da presente ação.” Publique-se. Brasília, 18 de março de 2013. Ministra CÁRMEN LÚCIA Relatora”.

a Estados e Municípios caso seja derrubada a medida cautelar do STF. Os demais recursos de royalties da União (R\$ 17,5 bilhões) foram divididos igualmente entre o Fundo Social e gastos com educação²⁹. No caso do Fundo Social, R\$ 8,7 bilhões estão alocados como despesa financeira para promoção de investimentos no Brasil e no exterior e apenas R\$ 5 milhões como despesa primária decorrente da operacionalização do Fundo. A alocação dessa despesa em um fundo público, de natureza contábil e financeira, contribui para a formação do resultado primário positivo e frustra a expectativa da formação de uma reserva para uso futuro dos recursos advindos do Pré-sal.

54. Despesas não incluídas ou insuficientemente dotadas na Lei

Algumas despesas que não transitavam pelo orçamento da União nem constavam dos demonstrativos como despesas extra-orçamentárias foram aos poucos sendo incorporadas na proposta orçamentária. Era o caso da fabricação de cédulas e moedas, cujo custo inicialmente era incluído apenas na reprogramação, passou a constar das necessidades de financiamento como item de ajuste e finalmente foi consignada no orçamento de 2014. Para 2015, entretanto, a despesa não foi incluída na proposta. Também as transferências para ADA e ADENE ainda só são incluídas dentre as despesas durante a execução, procedimento que contribui para o contingenciamento em início de ano.

55. Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (Lei 12.865)

O art. 16 dessa Lei autorizou a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, títulos da dívida pública mobiliária federal, a valor de mercado e até o limite dos créditos totais detidos, em 1º de março de 2013, por ela e pela Eletrobrás junto à Itaipu Binacional. Em 2014, passou a integrar o orçamento da União o auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e até setembro foram repassados R\$ 9 bilhões³⁰. Para 2015, a proposta programa o mesmo montante inicialmente alocado em 2014. Eventual cessão de direitos de crédito detidos pelo Tesouro Nacional contra a Itaipu Binacional não constam da programação.³¹ Caso a necessidade de aportes ao setor elétrico se mostre maior, a programação de 2015 poderá ser afetada.

56. Ausência de dotação para auxílio financeiro a estados exportadores por conta da isenção do ICMS

Como de costume, não foram previstos recursos para o atendimento da chamada Lei Kandir. Desde 2009 o valor pago nessa rubrica, por meio de inclusão pelo Congresso Nacional, é de R\$ 3,9 bilhões. Em 2013, só foram repassados R\$ 1.950 milhões e a parcela restante

²⁹ Ver art 2º, III, da Lei 12.858/2013.

³⁰ Na Avaliação do 3º bimestre a previsão de repasses foi ampliada para R\$ 13 bilhões e na Avaliação seguinte voltou aos R\$ 9 bilhões. A necessidade de recursos restante seria financiada mediante empréstimos do sistema financeiro às distribuidoras de energia, cujo montante ultrapassa R\$ 17 bilhões. Ver em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/estudos/2014/nt13_2014_vfinal.

³¹ Ver art. 8º da Lei 12.833, de 2013. Ver, a propósito de recebíveis de Itaipu, a NT 21/13, itens 35 e 41, em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/estudos/2013>.

foi creditada em janeiro de 2014. Não há previsão para que os R\$ 3,9 bilhões previstos no orçamento de 2014 sejam pagos dentro do próprio exercício.

57. **Ausência de dotação primária para o Funpresp** A exemplo de anos anteriores, não foram previstos recursos primários para o Fundo. Para 2015, há R\$ 1,2 bilhão de dotações financeiras para contribuição da União ao custeio do regime próprio dos servidores.

58. **Ausência de subsídios do programa “Minha casa, minha vida”** Não há programação correspondente aos subsídios³² devidos pelo Tesouro ao FGTS como contrapartida no programa habitacional. Aparentemente o correto seria sua alocação como transferência ao FGTS, para compensar adiantamento da parcela dos subsídios ao programa “Minha casa, minha vida” que cabe à União – ao fim de setembro os atrasos montavam a R\$ 7,2 bilhões³³.

59. **Despesas discricionárias mais elevadas** As despesas discricionárias (incluindo nessa conta despesas de custeio e investimento com saúde e educação, transferências de renda e os investimentos, inclusive do programa “Minha casa, minha vida”, bem como a reserva de contingência para emendas parlamentares) crescem continuamente e devem chegar a 4,9% do PIB em 2014. Para 2015, pela primeira vez, ultrapassaria a marca de 5% do PIB. Nominalmente programa-se crescimento de R\$ 35,4 bilhões. Em percentual do PIB, como referência, essas despesas situaram-se na média, de 2009 a 2013, em 4,4% do PIB. Um ponto de percentagem do PIB vale, em 2015, R\$ 57,6 bilhões.

60. **Investimentos** Para 2015, a proposta sinaliza recuo dos investimentos, mesmo considerando que as dotações serão ampliadas por conta das emendas parlamentares. Na proposta orçamentária para 2014, as despesas com investimentos (apenas o GND 4) foram estimadas em R\$ 67,2 bilhões. Na proposta para 2015, a programação é de R\$ 60,9 bilhões. Os investimentos³⁴ devem crescer muito em 2014, visto que até o final de outubro já ultrapassavam o total gasto em 2013, conforme Tabela da página seguinte.

³² Esses subsídios não se confundem com as transferências ao Fundo de Arrendamento Residencial nem com outras despesas devidamente orçadas na proposta orçamentária de 2015.

³³ A União é responsável por 17,5% dos subsídios e o FGTS por 82,5%. A dívida da União vem sendo acumulada desde o início do programa em março de 2009 e é corrigida pela taxa Selic. Nas demonstrações financeiras do FGTS referente a 2013 consta que R\$ 5,2 bilhões, antes da correção pela Selic, permaneciam sem ressarcimento pelo Tesouro Nacional.

³⁴ Investimentos mais inversões financeiras primárias em conceito mais amplo. Não inclui as despesas do Fundo de Arrendamento Residencial, vinculadas ao Programa Minha casa, minha vida.

| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2007 a 2015 | | | | | | | | | |
|---|--------------------------|---|---------------------------------------|---------------------|------|-----------------------------|------|----------|-------------|
| (R\$ Milhões) | | | | | | | | | |
| Exercício | Lei + Créditos (I) | RP Inscrito de Exerc Anteriores (II) | Executável (I)+(II) ⁽²⁾ | Pago ⁽¹⁾ | | | | Total | % do PIB |
| | | | | Do Exercício | | De Exercícios Anteriores | | | |
| | | | | Valor | % | Valor | % | | |
| Investimentos e Inversões Financeiras ⁽³⁾ | | | | | | | | | |
| 2007 | 45.222,1 | 16.911,6 | 62.133,7 | 11.034,5 | 24,4 | 10.705,8 | 63,3 | 21.740,3 | 0,82 |
| 2008 | 50.645,3 | 31.580,1 | 82.225,4 | 10.433,9 | 20,6 | 17.614,9 | 55,8 | 28.048,7 | 0,93 |
| 2009 | 60.854,0 | 40.374,8 | 101.228,8 | 15.558,0 | 25,6 | 17.635,7 | 43,7 | 33.193,7 | 1,02 |
| 2010 | 74.424,7 | 52.321,9 | 126.329,1 | 22.735,4 | 30,5 | 23.674,9 | 45,2 | 46.410,3 | 1,23 |
| 2011 | 71.940,0 | 59.404,2 | 131.344,2 | 18.910,0 | 26,3 | 26.662,1 | 44,9 | 45.572,2 | 1,10 |
| 2012 | 132.401,7 | 58.831,5 | 191.233,2 | 25.272,2 | 19,1 | 26.295,9 | 44,7 | 51.568,1 | 1,17 |
| 2013 | 96.760,5 | 74.900,8 | 171.661,3 | 20.004,3 | 20,7 | 32.520,1 | 43,4 | 52.524,4 | 1,08 |
| 2014 ⁽⁴⁾ | 81.864,9 | 89.667,4 | 171.532,3 | 15.984,3 | ... | 36.751,0 | 41,0 | 52.735,2 | ... |
| 2015 ⁽⁵⁾ | 67.259,5 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Programa de Aceleração do Crescimento ⁽⁶⁾ | | | | | | | | | |
| 2007 | 9.429,1 | 1.971,8 | 11.400,9 | 2.391,4 | 25,4 | 1.614,5 | 81,9 | 4.005,9 | 0,15 |
| 2008 | 13.821,5 | 7.480,7 | 21.302,2 | 2.967,7 | 21,5 | 4.858,3 | 64,9 | 7.826,0 | 0,26 |
| 2009 | 28.452,3 | 13.323,6 | 41.776,0 | 8.846,3 | 31,1 | 7.235,7 | 54,3 | 16.081,9 | 0,50 |
| 2010 | 32.418,2 | 26.489,4 | 58.907,6 | 9.447,9 | 29,1 | 12.634,1 | 47,7 | 22.082,0 | 0,59 |
| 2011 | 40.439,7 | 33.239,2 | 73.678,9 | 9.420,4 | 23,3 | 18.601,7 | 56,0 | 28.022,2 | 0,68 |
| 2012 | 73.954,0 | 41.378,4 | 115.332,4 | 18.012,0 | 24,4 | 21.294,9 | 51,5 | 39.306,9 | 0,89 |
| 2013 | 60.835,2 | 53.141,2 | 113.976,3 | 19.593,4 | 32,2 | 25.121,3 | 47,3 | 44.714,8 | 0,92 |
| 2014 ⁽⁴⁾ | 62.532,2 | 69.523,6 | 132.055,9 | 20.928,8 | ... | 30.548,5 | 43,9 | 51.477,3 | ... |
| 2015 ⁽⁵⁾ | 64.981,6 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |

Fonte: SIAFI; IBGE; Projeto de Lei do Orçamento de 2015. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Difere do divulgado no Relatório do Tesouro Nacional em função de inclusão de OBs de último dia. Exclui despesas do FAR.

⁽²⁾ Autorização orçamentária para gastar se houvesse o correspondente limite financeiro.

⁽³⁾ Despesas primárias GND 4 e 5. Não inclui as despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

⁽⁴⁾ Informações extraídas do SIAFI em 10 de novembro.

⁽⁵⁾ Projeto de lei orçamentária. Não inclui reserva de contingência.

⁽⁶⁾ Inclui despesas de custeio e as com o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Critério indicador de programação selecionada - Portarias.

61. PAC e Programa Minha casa, minha vida As despesas do PAC continuam a ganhar relevância e crescem ano a ano. Para 2015, programa-se patamar recorde, R\$ 65 bilhões, dos quais R\$ 5,7 bilhões se referem a custeio e R\$ 14 bilhões a despesas do Fundo de Arrendamento Residencial, vinculado ao Programa Minha casa, minha vida.

62. Restos a pagar As dotações do orçamento de 2015 concorrerão pela programação financeira com volume crescente de restos a pagar. Em 2014, os restos a pagar de investimentos (R\$ 89,7 bilhões) e os restos a pagar no âmbito do PAC (R\$ 69,5 bilhões) ultrapassam as dotações do orçamento do exercício, fenômeno que deverá se repetir em 2015. A existência dessas programações, em tese, reduz a pressão para aprovação do orçamento dentro do próprio exercício.

63. Transferências de renda As despesas com o programa “Bolsa Família” estão estimadas em R\$ 27,7 bilhões na proposta para 2015, conforme Tabela seguinte, com crescimento de 9,5% em relação a 2014. Como proporção



do PIB, haveria estabilização em 0,48%, tanto em 2014 quanto em 2015, interrompendo a trajetória de alta verificada desde o início do programa.

Programa de Transferência de Renda ⁽¹⁾

| Ano | Proposta | Lei | Pago | |
|---------------------|----------|-------------|----------|-------|
| | | R\$ Milhões | | % PIB |
| 2004 | - | 5.696,2 | 5.596,0 | 0,29 |
| 2005 | 6.537,8 | 6.592,6 | 6.385,7 | 0,30 |
| 2006 | 8.325,0 | 8.303,9 | 7.591,4 | 0,32 |
| 2007 | 8.605,2 | 8.755,6 | 8.755,6 | 0,33 |
| 2008 | 10.679,8 | 10.836,6 | 10.730,8 | 0,35 |
| 2009 | 11.742,6 | 12.106,0 | 11.966,2 | 0,37 |
| 2010 | 13.418,3 | 13.765,3 | 13.839,3 | 0,37 |
| 2011 | 13.708,4 | 17.037,8 | 16.967,5 | 0,41 |
| 2012 | 19.229,7 | 21.048,6 | 21.005,6 | 0,48 |
| 2013 | 22.038,6 | 24.536,4 | 24.501,5 | 0,51 |
| 2014 ⁽²⁾ | 25.253,9 | 25.253,9 | 21.821,2 | ... |
| 2015 | 27.650,9 | ... | ... | ... |

Fonte: Siafi e projeto de lei orçamentária. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Inclui ação referente a apoio a gestão do sistema.

⁽²⁾ Informações extraídas do Siafi em 11 de novembro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

TABELAS EM ANEXO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----------|---------|------------------------------|---------|---------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|--------------------------------|-------|-------------------------------------|-------|-------------------------------------|-------|-------------|-------|
| Receitas Primárias, 2008-2015 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010 sem Petrob (1) | 2011 | 2012 | 2013 | | 2014 | | | | | | | | 2015 | | | |
| | Realizado | | | | | Realizado | | Proposta | | Lei | | Programação (Decreto 8.197) | | Aval 3º Bimestre (Decreto 8.290) | | Aval 4º Bimestre (Decreto 8.320) | | Proposta | |
| | % do PIB | | | | | R\$ Milhões | % PIB | R\$ Milhões | % PIB | R\$ Milhões | % PIB | R\$ Milhões | % PIB | R\$ Milhões | % PIB | R\$ Milhões | % PIB | R\$ Milhões | % PIB |
| RECEITA TOTAL | 23,66 | 22,86 | 22,45 | 23,92 | 24,10 | 1.169.968,0 | 24,15 | 1.298.353,7 | 24,76 | 1.314.612,7 | 24,90 | 1.291.684,0 | 24,79 | 1.295.348,9 | 24,63 | 1.282.708,4 | 24,64 | 1.447.658,1 | 25,15 |
| Receita Administrada pela RFB | 15,38 | 14,08 | 14,09 | 15,17 | 14,74 | 719.196,8 | 14,84 | 791.495,4 | 15,10 | 797.008,7 | 15,09 | 779.080,1 | 14,95 | 780.371,6 | 14,84 | 765.628,1 | 14,71 | 876.620,5 | 15,23 |
| Imposto de Importação | 0,57 | 0,49 | 0,56 | 0,64 | 0,71 | 37.138,7 | 0,77 | 41.032,9 | 0,78 | 41.033,19 | 0,78 | 44.390,3 | 0,85 | 39.493,7 | 0,75 | 37.482,1 | 0,72 | 45.544,4 | 0,79 |
| IPI | 1,23 | 0,87 | 1,00 | 1,00 | 1,01 | 44.077,4 | 0,91 | 57.731,3 | 1,10 | 57.918,13 | 1,10 | 54.845,0 | 1,05 | 51.573,4 | 0,98 | 49.531,0 | 0,95 | 60.480,9 | 1,05 |
| Imposto de Renda | 5,91 | 5,52 | 5,16 | 5,68 | 5,61 | 272.540,7 | 5,63 | 309.991,2 | 5,91 | 312.365,29 | 5,92 | 305.005,5 | 5,85 | 298.715,2 | 5,68 | 297.457,9 | 5,71 | 323.172,4 | 5,61 |
| IOF | 0,67 | 0,60 | 0,70 | 0,77 | 0,71 | 29.642,6 | 0,61 | 34.985,1 | 0,67 | 35.514,81 | 0,67 | 31.632,3 | 0,61 | 30.672,0 | 0,58 | 30.468,1 | 0,59 | 34.612,1 | 0,60 |
| COFINS | 4,02 | 3,67 | 3,75 | 3,89 | 3,99 | 202.813,2 | 4,19 | 209.211,2 | 3,99 | 210.811,34 | 3,99 | 202.200,2 | 3,88 | 203.283,5 | 3,87 | 199.973,2 | 3,84 | 223.913,9 | 3,89 |
| PIS/PASEP | 1,04 | 0,98 | 1,08 | 1,02 | 1,06 | 52.038,0 | 1,07 | 56.822,8 | 1,08 | 57.133,31 | 1,08 | 54.256,1 | 1,04 | 53.770,3 | 1,02 | 52.729,2 | 1,01 | 59.461,3 | 1,03 |
| CSLL | 1,47 | 1,39 | 1,23 | 1,42 | 1,29 | 64.250,7 | 1,33 | 68.550,6 | 1,31 | 69.062,36 | 1,31 | 67.784,4 | 1,30 | 67.524,8 | 1,28 | 67.674,7 | 1,30 | 77.073,1 | 1,34 |
| CPMF | 0,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (0,01) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CIDE-Combustíveis | 0,20 | 0,15 | 0,21 | 0,22 | 0,07 | 749,5 | 0,02 | - | - | - | - | 0,8 | 0,00 | 5,9 | 0,00 | 24,1 | 0,00 | 9,7 | 0,00 |
| Outras Administradas pela SRF | 0,23 | 0,41 | 0,40 | 0,53 | 0,31 | 15.946,0 | 0,33 | 13.170,4 | 0,25 | 13.170,31 | 0,25 | 18.965,5 | 0,36 | 35.332,9 | 0,67 | 30.287,8 | 0,58 | 52.352,7 | 0,91 |
| Contribuição ao PSSS/Servidores | 0,22 | 0,23 | 0,23 | 0,22 | 0,22 | 10.171,4 | 0,21 | 11.396,5 | 0,22 | 11.396,53 | 0,22 | 11.396,5 | 0,22 | 11.396,5 | 0,22 | 11.396,5 | 0,22 | 12.130,4 | 0,21 |
| Arrecadação Líquida do INSS | 5,39 | 5,62 | 5,62 | 5,94 | 6,24 | 298.127,3 | 6,15 | 339.839,4 | 6,48 | 340.839,37 | 6,45 | 335.839,4 | 6,44 | 335.839,4 | 6,39 | 335.839,4 | 6,45 | 374.386,9 | 6,50 |
| Receitas Não Administradas | 2,68 | 2,93 | 2,51 | 2,59 | 2,91 | 142.472,5 | 2,94 | 150.070,2 | 2,86 | 162.120,2 | 3,07 | 162.120,2 | 3,11 | 164.493,5 | 3,13 | 166.596,5 | 3,20 | 179.020,3 | 3,11 |
| Concessões | 0,20 | 0,10 | 0,03 | 0,10 | 0,05 | 22.072,6 | 0,46 | 9.750,9 | 0,19 | 13.450,86 | 0,25 | 13.450,9 | 0,26 | 15.450,9 | 0,29 | 15.450,9 | 0,30 | 13.303,8 | 0,23 |
| Dividendos | 0,44 | 0,82 | 0,59 | 0,48 | 0,64 | 17.141,6 | 0,46 | 21.033,2 | 0,40 | 23.933,24 | 0,45 | 23.933,2 | 0,46 | 23.933,2 | 0,46 | 25.433,2 | 0,49 | 24.508,0 | 0,43 |
| Salário-Educação | 0,29 | 0,30 | 0,29 | 0,32 | 0,34 | 16.562,2 | 0,34 | 18.726,4 | 0,36 | 18.726,45 | 0,35 | 18.726,4 | 0,36 | 18.726,4 | 0,36 | 18.726,4 | 0,36 | 20.420,5 | 0,35 |
| Royalties/Comp. Financeiras | 0,83 | 0,60 | 0,65 | 0,71 | 0,78 | 36.450,8 | 0,75 | 43.643,2 | 0,83 | 47.976,13 | 0,91 | 47.976,1 | 0,92 | 47.976,1 | 0,91 | 47.976,1 | 0,92 | 58.397,3 | 1,01 |
| Demais Receitas | 0,52 | 0,70 | 0,54 | 0,56 | 0,61 | 33.413,3 | 0,69 | 40.217,0 | 0,77 | 41.334,11 | 0,78 | 41.334,1 | 0,79 | 41.636,1 | 0,79 | 41.753,9 | 0,80 | 44.629,0 | 0,78 |
| Receita Própria (fts 50, 81 & 82) | 0,34 | 0,34 | 0,34 | 0,35 | 0,42 | 13.202,5 | 0,27 | 12.918,8 | 0,25 | 12.918,78 | 0,24 | 12.918,8 | 0,25 | 12.990,1 | 0,25 | 13.475,4 | 0,26 | 13.866,5 | 0,24 |
| FGTS | 0,06 | 0,08 | 0,07 | 0,07 | 0,06 | 3.629,4 | 0,07 | 3.780,6 | 0,07 | 3.780,64 | 0,07 | 3.780,6 | 0,07 | 3.780,6 | 0,07 | 3.780,6 | 0,07 | 3.895,3 | 0,07 |
| Operações com Ativos | - | - | - | - | - | - | - | 5.552,2 | 0,11 | 3.247,82 | 0,06 | 3.247,8 | 0,06 | 3.247,8 | 0,06 | 3.247,8 | 0,06 | 5.500,0 | 0,10 |
| TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS | 4,20 | 3,70 | 3,53 | 3,94 | 3,90 | 181.820,9 | 3,75 | 217.741,0 | 4,15 | 221.883,0 | 4,20 | 214.272,8 | 4,11 | 211.842,1 | 4,03 | 209.742,8 | 4,03 | 230.565,7 | 4,01 |
| FPE/FPM/IPI-EE | 3,36 | 3,01 | 2,80 | 3,14 | 3,05 | 143.921,4 | 2,97 | 169.371,8 | 3,23 | 170.542,9 | 3,21 | 162.932,7 | 3,13 | 160.619,2 | 3,05 | 158.599,9 | 3,05 | 176.038,6 | 3,06 |
| Fundos Regionais | 0,09 | 0,09 | 0,08 | 0,09 | 0,09 | 4.556,7 | 0,09 | 5.452,6 | 0,10 | 5.452,6 | 0,13 | 5.452,6 | 0,10 | 5.346,8 | 0,10 | 5.248,4 | 0,10 | 5.123,1 | 0,09 |
| Salário Educação | 0,17 | 0,18 | 0,17 | 0,19 | 0,20 | 9.044,1 | 0,19 | 11.235,9 | 0,21 | 11.235,9 | 0,21 | 11.235,9 | 0,22 | 11.235,9 | 0,21 | 11.235,9 | 0,22 | 12.252,3 | 0,21 |
| Compensações Financeiras | 0,52 | 0,38 | 0,41 | 0,45 | 0,51 | 23.441,1 | 0,48 | 30.787,5 | 0,59 | 33.758,5 | 0,64 | 33.758,5 | 0,65 | 33.758,5 | 0,64 | 33.758,5 | 0,65 | 36.122,8 | 0,63 |
| Cide-combustíveis | 0,05 | 0,03 | 0,05 | 0,05 | 0,03 | 57,3 | 0,00 | - | - | - | - | - | - | 117,4 | 0,00 | 121,7 | 0,00 | 2,2 | 0,00 |
| Demais | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 800,3 | 0,02 | 893,2 | 0,02 | 893,2 | 0,02 | 893,2 | 0,02 | 764,3 | 0,01 | 778,6 | 0,01 | 1.026,7 | 0,02 |
| RECEITA LÍQUIDA | 19,46 | 19,16 | 18,91 | 19,99 | 20,20 | 988.147,1 | 20,40 | 1.080.612,8 | 20,61 | 1.092.729,7 | 20,69 | 1.077.411,3 | 20,67 | 1.083.506,8 | 20,60 | 1.072.965,5 | 20,61 | 1.217.092,4 | 21,14 |
| Memorando: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Reserva Compensação ao RGPS | | | | | | 9.019,7 | 0,19 | 17.000,0 | 0,32 | 17.000,0 | 0,32 | 11.000,0 | 0,21 | 11.000,0 | 0,21 | 11.000,0 | 0,21 | 18.166,4 | 0,32 |
| Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões) | 3.032,2 | 3.239,4 | 3.770,1 | 4.143,0 | 4.392,1 | 4.844,8 | | 5.242,9 | | 5.280,4 | | 5.211,2 | | 5.258,8 | | 5.206,3 | | 5.756,5 | |
| Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações e Decretos citados. Elaboração dos autores. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (1) Exclui a venda de barris de petróleo pela União e a capitalização da empresa ocorridas em 2010. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

| RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2008-2015 ⁽¹⁾ | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|-------|-------|-------|--------|-------|-------------|-------|-------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|-------------|-------|
| Item | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | | | | | | | | 2015 | |
| | Realizado | | | | | | Proposta | | Lei | | 3ª Avaliação | | 4ª Avaliação | | Proposta | |
| | % PIB | % PIB | % PIB | % PIB | % PIB | % PIB | R\$ Milhões | % PIB | R\$ Milhões | % PIB | R\$ Milhões | % PIB | R\$ Milhões | % PIB | R\$ Milhões | % PIB |
| Imposto de Importação | 0,57 | 0,49 | 0,56 | 0,64 | 0,71 | 0,77 | 41.032,9 | 0,78 | 41.033,2 | 0,78 | 39.493,7 | 0,75 | 37.482,1 | 0,72 | 45.544,4 | 0,79 |
| IPI | 1,23 | 0,87 | 1,00 | 1,00 | 1,01 | 0,91 | 57.731,3 | 1,10 | 57.918,1 | 1,10 | 51.573,4 | 0,98 | 49.531,0 | 0,95 | 60.480,9 | 1,05 |
| IPI - Fumo | 0,11 | 0,10 | 0,10 | 0,09 | 0,09 | 0,11 | 5.538,9 | 0,11 | 5.528,5 | 0,10 | 5.610,8 | 0,11 | 5.612,0 | 0,11 | 5.774,0 | 0,10 |
| IPI - Bebidas | 0,08 | 0,07 | 0,06 | 0,07 | 0,07 | 0,07 | 4.449,7 | 0,08 | 4.441,4 | 0,08 | 3.466,0 | 0,07 | 3.421,5 | 0,07 | 3.653,0 | 0,06 |
| IPI - Automóveis | 0,20 | 0,06 | 0,15 | 0,17 | 0,10 | 0,08 | 7.166,5 | 0,14 | 7.206,4 | 0,14 | 4.497,8 | 0,09 | 4.610,6 | 0,09 | 7.508,0 | 0,13 |
| IPI - Importação | 0,34 | 0,26 | 0,30 | 0,33 | 0,36 | 0,30 | 16.997,5 | 0,32 | 17.030,4 | 0,32 | 15.877,8 | 0,30 | 15.040,5 | 0,29 | 17.958,0 | 0,31 |
| IPI - Outros | 0,50 | 0,37 | 0,38 | 0,33 | 0,38 | 0,35 | 23.578,7 | 0,45 | 23.711,4 | 0,45 | 22.121,0 | 0,42 | 20.846,4 | 0,40 | 25.588,0 | 0,44 |
| Imposto de Renda | 5,91 | 5,52 | 5,16 | 5,68 | 5,61 | 5,63 | 309.991,2 | 5,91 | 312.365,3 | 5,92 | 298.715,2 | 5,68 | 297.457,9 | 5,71 | 323.172,4 | 5,61 |
| IR - Pessoa Física | 0,50 | 0,46 | 0,46 | 0,53 | 0,55 | 0,54 | 29.706,4 | 0,57 | 26.669,0 | 0,51 | 28.608,0 | 0,54 | 28.710,4 | 0,55 | 30.949,0 | 0,54 |
| IR - Pessoa Jurídica | 2,68 | 2,50 | 2,25 | 2,38 | 2,30 | 2,35 | 131.221,3 | 2,50 | 131.946,3 | 2,50 | 120.279,1 | 2,29 | 117.547,5 | 2,26 | 133.355,4 | 2,32 |
| IR - Fonte | 2,73 | 2,56 | 2,45 | 2,78 | 2,76 | 2,73 | 149.063,6 | 2,84 | 150.750,0 | 2,85 | 149.828,1 | 2,85 | 151.199,9 | 2,90 | 158.868,0 | 2,76 |
| IRRF - Trabalho | 1,36 | 1,30 | 1,30 | 1,41 | 1,46 | 1,38 | 77.835,4 | 1,48 | 77.507,0 | 1,47 | 75.771,1 | 1,44 | 77.217,9 | 1,48 | 80.254,0 | 1,39 |
| IRRF - Capital | 0,84 | 0,72 | 0,67 | 0,86 | 0,77 | 0,76 | 42.277,4 | 0,81 | 43.428,0 | 0,82 | 44.020,7 | 0,84 | 43.379,5 | 0,83 | 47.943,0 | 0,83 |
| IRRF - Remessas | 0,33 | 0,34 | 0,31 | 0,34 | 0,35 | 0,38 | 18.713,5 | 0,36 | 19.589,0 | 0,37 | 19.231,9 | 0,37 | 19.498,2 | 0,37 | 19.390,0 | 0,34 |
| IRRF - Outros | 0,20 | 0,20 | 0,17 | 0,18 | 0,19 | 0,20 | 10.237,2 | 0,20 | 10.226,0 | 0,19 | 10.804,4 | 0,21 | 11.104,4 | 0,21 | 11.281,0 | 0,20 |
| IOF | 0,67 | 0,60 | 0,70 | 0,77 | 0,71 | 0,61 | 34.985,1 | 0,67 | 35.514,8 | 0,67 | 30.672,0 | 0,58 | 30.468,1 | 0,59 | 34.612,1 | 0,60 |
| Cofins | 4,02 | 3,67 | 3,75 | 3,89 | 3,99 | 4,19 | 209.211,2 | 3,99 | 210.811,3 | 3,99 | 203.283,5 | 3,87 | 199.973,2 | 3,84 | 223.913,9 | 3,89 |
| PIS/Pasep | 1,04 | 0,98 | 1,08 | 1,02 | 1,06 | 1,07 | 56.822,8 | 1,08 | 57.133,3 | 1,08 | 53.770,3 | 1,02 | 52.729,2 | 1,01 | 59.461,3 | 1,03 |
| CSLL | 1,47 | 1,39 | 1,23 | 1,42 | 1,29 | 1,33 | 68.550,6 | 1,31 | 69.062,4 | 1,31 | 67.524,8 | 1,28 | 67.674,7 | 1,30 | 77.073,1 | 1,34 |
| CPMF | 0,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (0,01) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CIDE-Combustíveis | 0,20 | 0,15 | 0,21 | 0,22 | 0,07 | 0,02 | - | - | - | - | 5,9 | 0,00 | 24,1 | 0,00 | 9,7 | 0,00 |
| Outras Administradas | 0,23 | 0,41 | 0,40 | 0,53 | 0,31 | 0,33 | 13.170,4 | 0,25 | 13.170,3 | 0,25 | 35.332,9 | 0,67 | 30.287,8 | 0,58 | 52.352,7 | 0,91 |
| TOTAL | 15,38 | 14,08 | 14,09 | 15,17 | 14,74 | 14,84 | 791.495,4 | 15,10 | 797.008,7 | 15,09 | 780.371,6 | 14,84 | 765.628,1 | 14,71 | 876.620,5 | 15,23 |

Fonte: Receita Federal do Brasil; Orçamentos citados; Projeto de lei orçamentária de 2015; IBGE. Elaboração da Consultoria.

⁽¹⁾ Líquida de incentivos fiscais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Despesas e Resultados Primários, 2008-2015

| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010 sem Petrobr (1) | 2011 | 2012 | 2013 | | 2014 | | | | | | | | 2015 | | | |
|---|--------|--------|-------------------------------|--------|--------|------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--------------------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------|-------------|--------|
| | | | | | | Realizado | | Proposta | | Lei | | Programação (Decreto 8.197) | | Aval 3º Bi (Decreto 8.290) | | Aval 4º Bi (Decreto 8.320) | | Proposta | |
| | | | | | | % do PIB | R\$ Milhões % PIB | R\$ Milhões % PIB | R\$ Milhões % PIB | R\$ Milhões % PIB | R\$ Milhões % PIB | R\$ Milhões % PIB | R\$ Milhões % PIB | R\$ Milhões % PIB | R\$ Milhões % PIB | R\$ Milhões % PIB | R\$ Milhões % PIB | | |
| RECEITA LÍQUIDA | 19,46 | 19,16 | 18,91 | 19,99 | 20,20 | 988.147,1 | 20,40 | 1.080.612,8 | 20,61 | 1.092.729,7 | 20,69 | 1.077.411,3 | 20,67 | 1.083.506,8 | 20,60 | 1.072.965,5 | 20,61 | 1.217.092,4 | 21,14 |
| TOTAL DAS DESPESAS | 16,64 | 17,95 | 17,66 | 17,73 | 18,47 | 911.075,0 | 18,81 | 1.022.540,8 | 19,50 | 1.034.657,7 | 19,59 | 996.637,6 | 19,12 | 1.002.733,1 | 19,07 | 995.691,9 | 19,12 | 1.131.090,4 | 19,65 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 4,37 | 4,74 | 4,42 | 4,38 | 4,29 | 205.152,9 | 4,23 | 222.020,8 | 4,23 | 222.037,3 | 4,20 | 222.037,3 | 4,26 | 222.037,3 | 4,22 | 219.819,3 | 4,22 | 235.069,1 | 4,08 |
| Benefícios da Previdência | 6,58 | 6,94 | 6,76 | 6,79 | 7,21 | 357.003,1 | 7,37 | 388.035,2 | 7,40 | 388.285,5 | 7,35 | 386.915,9 | 7,42 | 386.915,9 | 7,36 | 387.440,6 | 7,44 | 436.289,7 | 7,58 |
| Demais Desp Vinculadas ao Salário Mínimo | 1,20 | 1,42 | 1,38 | 1,43 | 1,55 | 77.758,5 | 1,60 | 79.694,5 | 1,52 | 79.694,5 | 1,51 | 79.694,5 | 1,53 | 79.694,5 | 1,52 | 80.000,9 | 1,54 | 89.236,4 | 1,55 |
| Abono e Seguro Desemprego | 0,67 | 0,83 | 0,79 | 0,82 | 0,89 | 44.235,6 | 0,91 | 42.992,5 | 0,82 | 42.992,5 | 0,81 | 42.992,5 | 0,83 | 42.992,5 | 0,82 | 42.992,5 | 0,83 | 46.998,8 | 0,82 |
| LOAS | 0,46 | 0,53 | 0,54 | 0,60 | 0,67 | 33.522,8 | 0,69 | 36.702,0 | 0,70 | 36.702,0 | 0,70 | 36.702,0 | 0,70 | 36.702,0 | 0,70 | 37.008,4 | 0,71 | 42.237,7 | 0,73 |
| Compensação Estados Exportadores ICMS | 0,17 | 0,12 | 0,10 | 0,09 | 0,09 | 1.950,0 | 0,04 | - | - | 3.900,0 | 0,07 | 3.900,0 | 0,07 | 3.900,0 | 0,07 | 3.900,0 | 0,07 | - | - |
| Outras Despesas Obrigatórias do Executivo | 0,41 | 0,49 | 0,53 | 0,61 | 0,61 | 33.718,2 | 0,70 | 48.344,7 | 0,92 | 45.938,2 | 0,87 | 39.264,2 | 0,75 | 43.556,2 | 0,83 | 37.426,1 | 0,72 | 67.473,4 | 1,17 |
| Subsídios, Subvenções e Proagro | 0,13 | 0,08 | 0,13 | 0,16 | 0,17 | 5.902,8 | 0,12 | 17.133,2 | 0,33 | 14.674,0 | 0,28 | 8.000,0 | 0,15 | 8.000,0 | 0,15 | 4.938,9 | 0,09 | 23.027,8 | 0,40 |
| Sentenças Judiciais - demais | 0,05 | 0,06 | 0,07 | 0,07 | 0,08 | 3.788,0 | 0,08 | 5.321,1 | 0,10 | 5.321,1 | 0,10 | 5.321,1 | 0,10 | 5.321,1 | 0,10 | 5.208,0 | 0,10 | 8.182,4 | 0,14 |
| Fundef/Fundeb - Complementação | 0,10 | 0,16 | 0,14 | 0,23 | 0,24 | 9.272,2 | 0,19 | 10.302,7 | 0,20 | 10.355,4 | 0,20 | 10.355,4 | 0,20 | 10.355,4 | 0,20 | 10.355,4 | 0,20 | 12.577,5 | 0,22 |
| FDA/FDNE/SUDAM/SUDENE | 0,01 | 0,01 | 0,04 | 0,02 | 0,04 | 1.158,8 | 0,02 | - | - | - | - | - | - | - | - | 844,0 | 0,02 | - | - |
| Fundo Constitucional do DF | 0,02 | 0,02 | 0,01 | 0,02 | 0,02 | 1.119,2 | 0,02 | 1.282,1 | 0,02 | 1.282,1 | 0,02 | 1.282,1 | 0,02 | 1.282,1 | 0,02 | 1.282,1 | 0,02 | 7.085,9 | 0,12 |
| Fabricação de Cédulas e Moedas | 0,02 | 0,03 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 1.441,4 | 0,03 | 454,0 | 0,01 | 454,0 | 0,01 | 454,0 | 0,01 | 454,0 | 0,01 | 454,0 | 0,01 | - | - |
| FGTS | 0,06 | 0,08 | 0,07 | 0,07 | 0,01 | - | - | - | - | - | - | - | - | 200,0 | 0,00 | 400,0 | 0,01 | 3.895,3 | 0,07 |
| Transfer. ANA e ANEEL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 263,4 | 0,01 | 1.245,4 | 0,02 | 1.245,4 | 0,02 | 1.245,4 | 0,02 | 1.245,4 | 0,02 | 1.245,4 | 0,02 | 1.395,0 | 0,02 |
| Anistiados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 212,5 | 0,00 | 233,5 | 0,00 | 233,5 | 0,00 | 233,5 | 0,00 | 233,5 | 0,00 | 233,5 | 0,00 | 238,0 | 0,00 |
| Benefícios de Legislação Especial | - | 0,00 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 330,9 | 0,01 | 594,5 | 0,01 | 594,5 | 0,01 | 594,5 | 0,01 | 594,5 | 0,01 | 594,5 | 0,01 | 956,8 | 0,02 |
| Apoio Financeiro aos Municípios/Estados | - | 0,06 | 0,03 | - | - | 1.500,0 | 0,03 | 1.500,0 | 0,03 | 1.500,0 | 0,03 | 1.500,0 | 0,03 | 1.500,0 | 0,03 | 1.500,0 | 0,03 | - | - |
| Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético | - | - | - | - | - | 7.868,0 | 0,16 | 9.000,0 | 0,17 | 9.000,0 | 0,17 | 9.000,0 | 0,17 | 13.000,0 | 0,25 | 9.000,0 | 0,17 | 9.000,0 | 0,16 |
| Doações e Convênios | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 860,8 | 0,02 | 1.278,3 | 0,02 | 1.278,3 | 0,02 | 1.278,3 | 0,02 | 1.370,3 | 0,03 | 1.370,3 | 0,03 | 1.114,7 | 0,02 |
| Legislativo/Judiciário/MPU | 0,19 | 0,17 | 0,18 | 0,17 | 0,19 | 8.395,0 | 0,17 | 11.053,4 | 0,21 | 11.670,6 | 0,22 | 11.670,6 | 0,22 | 11.427,7 | 0,22 | 11.427,7 | 0,22 | 11.930,6 | 0,21 |
| Subtotal das Despesas Obrigatórias | 12,91 | 13,88 | 13,37 | 13,47 | 13,93 | 683.977,8 | 14,12 | 749.148,6 | 14,29 | 751.526,1 | 14,23 | 743.482,5 | 14,27 | 747.531,6 | 14,21 | 740.014,5 | 14,21 | 839.999,2 | 14,59 |
| Discrecionárias - Executivo | 3,72 | 4,08 | 4,29 | 4,25 | 4,54 | 227.097,3 | 4,69 | 273.392,1 | 5,21 | 283.131,6 | 5,36 | 253.155,1 | 4,86 | 255.201,6 | 4,85 | 255.677,4 | 4,91 | 291.091,1 | 5,06 |
| Outras Discrecionárias | 3,46 | 3,52 | 3,71 | 3,46 | 3,58 | 176.000,1 | 3,63 | 202.833,2 | 3,87 | 221.627,7 | 4,19 | 198.128,3 | 3,79 | 198.128,3 | 3,77 | 198.128,3 | 3,81 | 283.012,4 | 4,92 |
| Reserva de Contingência/Orçamentária | - | - | - | - | - | - | - | 7.269,6 | 0,14 | 40,0 | 0,00 | - | - | - | - | - | - | 8.078,8 | 0,14 |
| Programa de Aceleração do Crescimento | 0,26 | 0,55 | 0,59 | 0,68 | 0,89 | 44.714,8 | 0,92 | 63.289,4 | 1,21 | 61.463,9 | 1,16 | 54.463,9 | 1,05 | 54.463,9 | 1,04 | 54.463,9 | 1,05 | - | - |
| Créditos Extraordinários | - | - | - | 0,12 | 0,06 | 6.382,4 | 0,13 | - | - | - | - | 562,9 | 0,01 | 2.609,4 | 0,05 | 3.085,2 | 0,06 | - | - |
| FUNDO SOBERANO DO BRASIL | 0,47 | - | - | - | (0,28) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (3.500,0) | (0,07) | - | - |
| DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA | (0,04) | 0,06 | (0,04) | (0,04) | (0,09) | (1.781,3) | (0,04) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Resultado antes do abatimento | 2,31 | 1,27 | 1,21 | 2,22 | 1,93 | 75.290,7 | 1,55 | 58.072,0 | 1,11 | 58.072,0 | 1,10 | 80.773,6 | 1,55 | 80.773,6 | 1,54 | 80.773,6 | 1,55 | 86.002,0 | 1,49 |
| Abatimento PPI/PAC/Desonerações | 0,26 | 0,55 | 0,59 | ... | 0,89 | 32.799,3 | 0,68 | 58.000,0 | 1,11 | 58.000,0 | 1,10 | 35.298,4 | 0,68 | 35.298,4 | 0,67 | 35.298,4 | 0,68 | 28.667,0 | 0,50 |
| Resultado com abatimento | 2,57 | 1,82 | 1,79 | - | 2,83 | 108.090,0 | 2,23 | 116.072,0 | 2,21 | 116.072,0 | 2,20 | 116.072,0 | 2,23 | 116.072,0 | 2,21 | 116.072,0 | 2,23 | 114.669,0 | 1,99 |
| Resultado Primário das Estatais Federais | 0,12 | (0,02) | 0,02 | 0,04 | 0,01 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Primário da União | 2,43 | 1,25 | 1,23 | 2,26 | 1,94 | 108.090,0 | 2,23 | 116.072,0 | 2,21 | 116.072,0 | 2,20 | 116.072,0 | 2,23 | 116.072,0 | 2,21 | 116.072,0 | 2,23 | 114.669,0 | 1,99 |
| Memorando | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Déficit da Previdência antes de Compensação | (1,19) | (1,32) | (1,14) | (0,86) | (0,97) | (58.875,9) | (1,22) | (48.195,8) | (0,92) | (47.446,1) | (0,90) | (51.076,5) | (0,98) | (51.076,5) | (0,97) | (51.601,2) | (0,99) | (61.902,8) | (1,08) |
| Reserva para Compensação ao RGPS | ... | ... | ... | ... | ... | 9.019,7 | 0,19 | 17.000,0 | 0,32 | 17.000,0 | 0,32 | 11.000,0 | 0,21 | 11.000,0 | 0,21 | 11.000,0 | 0,21 | 18.166,4 | 0,32 |
| Resultado Compensado do RGPS | ... | ... | ... | ... | ... | (49.856,2) | (1,03) | (31.195,8) | (0,60) | (30.446,1) | (0,58) | (40.076,5) | (0,77) | (40.076,5) | (0,76) | (40.601,2) | (0,78) | (43.736,4) | (0,76) |

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações, decretos, propostas e lei orçamentárias citados. Elaboração dos autores.

(1) Exclui a venda de barris de petróleo pela União e a capitalização da empresa ocorridas em 2010.